



RICARDO POCINHO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA SOCIAL

**Temos que estar
todos muito gratos
aos trabalhadores
das instituições
sociais**

ESTUDO DIZ QUE 40% DOS TÉCNICOS E DIRETORES DAS IPSS SOFREM DE CANSAÇO EXTREMO



IPSS VS COVID-19

**Recursos humanos são
a preocupação em tempo
de segunda vaga**

somos
ipss

PROJETO TFA
Plataforma «SomosIPSS»:
uma ferramenta para
melhorar a gestão das IPSS



SANTO TIRSO
Padre Fernando
homenageado no Lar
Familiar da Tranquilidade

José Leirião
Membro da CNIS



A necessidade de um salário mínimo decente

Os salários, incluindo os salários mínimos, são um elemento muito importante da economia social de mercado praticada na União Europeia.

Importantes disparidades permanecem no estabelecimento do nível dos salários mínimos nos diferentes Estados Membros.

O salário mínimo deve ser justo em relação à distribuição do nível salarial nos diferentes Estados Membros e o seu nível deve também ser adequado ao nível dos preços reais reflectindo diferentes níveis de desenvolvimento e adequado aos preços reais praticados.

A fim de garantir um decente salário mínimo em todos os Estados Membros a União Europeia tem também de adoptar políticas que conduzam a um processo de convergência mais efectivo. Reduzir significativamente a pobreza e apoiar os trabalhadores que apesar de terem

emprego, continuam pobres.

A pandemia Covid-19 representa a maior emergência numa geração no que respeita à saúde, situação social e económica. Além da urgente acção, tomada em larga escala, acção política coordenada é necessária devidamente coordenada e decisiva e acção política no breve, médio e longo prazo para evitar os longos impactos negativos na sociedade, na economia e no mundo do trabalho. Os serviços públicos, principalmente os serviços de saúde em geral e segurança social, trabalhadores dos serviços sociais. A Covid-19 também alertou para a vulnerabilidade dos desempregados, trabalhadores por conta própria, trabalhadores precários, os excluídos sem apoio da segurança social, os trabalhadores da saúde, dos serviços sociais, e principalmente as

IPSS que correm elevado risco de exposição à pandemia.

Necessitam também especial atenção dada a sua vulnerabilidade as mulheres, os emigrantes de minorias étnicas e os sem abrigo.

A União Europeia não pode perder outra década. A primeira, como sabemos, foi no início deste século devido à crise financeira e a globalização. Assim, o foco no curto prazo tem de ser o de salvar e proteger os negócios (economia), salvar o emprego e o rendimento e assegurar um rápido relançamento da actividade económica com vista a assegurar um crescimento sustentado, competitividade e um justo, produtivo e um bom funcionamento do modelo económico e social europeu e aplicação dos direitos sociais em conformidade com o Tratado Europeu, em particular a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

COVID-19

O pior que podia ter acontecido aos idosos

A pandemia da covid-19 foi “a pior coisa” que aconteceu aos idosos e expôs as dificuldades no apoio a estas pessoas, e se, no início, a preocupação foi salvar vidas, agora importa repensar o envelhecimento, defenderam especialistas.

Em entrevista à agência Lusa, por ocasião do Dia Internacional da Pessoa Idosa, o fundador do Instituto do Envelhecimento disse ter partilhado o sentimento vivido por grande parte das pessoas com mais de 65 anos, consideradas um dos grupos mais vulneráveis à covid-19. “Como membro que sou do último escalão definido pela DGS (+80 anos), tenho consciência que o surgimento do coronavírus foi o pior que nos poderia ter acontecido, fechando-nos em casa e obrigando-nos a tomar todo o género de cuidados que vão até ao isolamento completo”, afirmou Manuel Villaverde Cabral.

Crítico em relação ao que se tem passado nos lares de idosos, o professor e investigador considerou que foi “catastrófico”, mas também “previsível”, apontando que os lares “estavam e estão impreparados para a pandemia em qualquer plano que seja, seja no plano médico, seja no psicossocial e económico”.

“O extremo envelhecimento da população

portuguesa, assim como em alguns outros países, acompanha logicamente a propagação do vírus”, sustentou.

Na opinião de Manuel Villaverde Cabral, o confinamento em Portugal “teve efeitos devastadores no plano socioeconómico”, mas admitiu que tenha ajudado a conter a mortandade das pessoas com mais de 70 anos. Ainda assim, afirmou que estas pessoas “foram, de longe, e continuarão a ser até ao dia em que se descobrir uma vacina, as grandes vítimas da covid-19”.

No que diz respeito ao confinamento, o presidente da Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social (CNIS) declarou à Lusa que o mais difícil de gerir foi a solidão dos idosos, desde os que estavam nos lares que ficaram sem visitas, aos que iam aos centros de dia e que ficaram confinados em casa.

“A solidão tornou-se dura e houve casos de depressão e de desânimo (...). Para mim, o grande problema dos idosos neste tempo foi o da solidão e a solidão mata”, alertou o padre Lino Maia, garantindo que as instituições tudo fizeram para tentar apoiar os seus idosos, desde logo pelo aumento dos serviços de apoio domiciliário.

Para o presidente da CNIS, a saúde mental dos idosos não foi devidamente acautelada durante o tempo de pandemia e “houve cuidados médicos que diminuíram” quando deveriam ter aumentado. “Defendo que existe a necessidade premente -- e já vamos tarde -- de olhar para estas instituições e os idosos e vê-los como cidadãos de pleno direito, com direito a cuidados de saúde, estejam eles onde estiverem”, disse Lino Maia, acrescentando que se isso já tivesse sido feito, talvez tivesse sido “evitado algum agravamento da situação da dependência, da demência”.

Lino Maia, por outro lado, apontou a necessidade de um repensar do envelhecimento, em que o prolongamento da vida seja acompanhado de qualidade de vida e de uma vida tanto quanto possível ativa. “Penso que a grande aposta em relação aos idosos é considerá-los como cidadãos de pleno direito e a promoção de um envelhecimento ativo, com qualidade, intervenção e participação na comunidade”, defendeu.

Manuel Villaverde Cabral vai mais longe e destacou que os lares em Portugal “têm de ser mudados de cima abaixo” e que “é, efetivamente, indispensável repensar as estruturas físicas, profissionais e financeiras dos lares”

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Confiança e resiliência

1. Outubro ainda é visto como o mês de início de um novo ano: escolar, pastoral e social. Mas muito nublado começa este ano...

Depois de ensaiado como possível um “milagre português”, acabamos por confirmar que, não tendo nacionalidade nem reconhecendo fronteiras, o malfadado vírus tem especial preferência por tudo o que é humano. E, afinal, não olha a idades, ideologias, nacionalidades, origens ou religiões. Também parece avesso a contingências tratamentos e imperturbável perante futuríveis vacinas. Anda por aí e parece que para ficar. E, enquanto andar, muita vítima continuará a causar.

Não haja grandes ilusões e não baixemos a guarda. E, com toda a nossa determinação, com todas as nossas forças e com todo o nosso engenho, temos de contrariar um misterioso vírus que em poucos meses e por alguns anos colocou o mercado financeiro em alerta, desacelerou a economia global, modificou os hábitos quotidianos, reavivou medos ancestrais e pôs em xeque os líderes do planeta. E obrigou-nos a confirmar a fragilidade humana e a disputar a sobrevivência, a sentir a necessidade do abraço e a temer e valorizar o coletivo. Também a vergar-nos diante da “mão poderosa e misericordiosa” que tudo fez e a sondar a (re)significação da vida.

Na linha da frente, como sempre, as Instituições de Solidariedade estão atuantes, conscientes e vigilantes.

2. Contra os que defendem um “Estado mínimo”, os acontecimentos vêm demonstrando a necessidade de reforçar o Estado, porque a economia, a vida comunitária, as sucessivas crises e os assuntos sociais exigem, cada vez mais intensamente, um Estado que, sem abafar, assuma crescentes e significativas responsabilidades.

Sempre se reconheceu que ao Estado compete defender a soberania do território, cuidar da segurança do conjunto dos cidadãos e enquadrar um dever mais progressivo tanto para o território como para todos os seus concidadãos. Mas, mais que nunca, carecemos de um Estado que, para além da defesa, da economia, da educação e da saúde, efetivamente assuma a função de proteger todos os seus cidadãos e muito especialmente os mais frágeis. No caso português, o Estado - e bem - tem encontrado nas Instituições de Solidariedade um seu instrumento na proteção social dos seus cidadãos. Mas, não o ignoremos, a proteção social dos cidadãos não deixa de ser uma das inalienáveis obrigações do Estado.

Nesta crise sanitária, o Estado tem assumido responsabilidades e tem sido ágil. Mas, francamente, tem de fazer algo mais: vemo-lo a defender os serviços públicos (e bem), vemo-lo a

proteger o “nosso” serviço nacional de saúde (e bem), vemo-lo preocupado com o sector privado da economia (e bem) e vemo-lo a confiar nas Instituições de Solidariedade (e bem). Mas... pelo que se pode concluir do “plano de recuperação económica e social para Portugal 2020/30” e de uma certa prática consuetudinária que vem fazendo o seu caminho, o Estado confia nas Instituições de Solidariedade mas não lhes confia os meios de que elas precisam para continuarem a ser, como são, um instrumento do Estado na proteção social. Como a sociedade quer e precisa.

3. Tanto as Instituições como os seus dirigentes e os seus trabalhadores têm mostrado uma capacidade de resposta, de resiliência e de dedicação incomparáveis. Porém, vão continuar a confrontar-se com mais algum sofrimento e mais algumas infeções. Certamente de expressão e consequências bem menores do que se as pessoas fossem abandonadas na sua solidão.

Mas neste ano as Instituições, os seus dirigentes e os seus trabalhadores vão confrontar-se ainda com mais algumas dificuldades.

Haverá flutuação de frequências das valências. Aumentarão os custos com aquisições de equipamentos de proteção individual. Provavelmente a vacina contra a gripe não chegará a quantos atempadamente deveria chegar. Os testes poderão surgir ao retardador. Pela sua sacerdotal dedicação alguns ou muitos trabalhadores e dirigentes poderão acusar exaustão...

Mas poderão acrescentar-se outras dificuldades. Uma advinda de uma comunidade que parece começar a ser mais exigente do que contribuinte. E é preciso olhar para isso: muito embora se saiba que as Instituições são

constituídas mais em favor dos desfavorecidos do que dos favorecidos, elas não podem favorecer aqueles sem a solidariedade destes...

Depois, as Instituições deparam-se com uma comunicação social que, por vezes, parece querer fazer do negócio o seu motor e do escândalo e do drama a sua razão de ser. Urge reconhecer que o normal dos dirigentes das Instituições é procurar o melhor para quantos nelas veem a solução para as suas dificuldades e que muitas Instituições permanecem por demasiado tempo entre o dilema de ou sucumbir ou subsistir nas fronteiras do abismo...

Além disso, há um Estado que muito exige das Instituições e facilmente se demite das suas obrigações. Um Estado Social não pode transferir responsabilidades para as Instituições e lavar as mãos quanto às suas próprias obrigações...

Poderão surgir mais alguns problemas. Certamente, surgirão. Mas as Creches, as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, os Centros (de Atividades Ocupacionais ou Tempos Livres, de Dia ou de Noite), os Infantários, os Lares (de Infância e Juventude ou Residenciais) e muitos outros serviços como os de Apoio Domiciliário merecem a maior confiança de todos, porque são serviços de Instituições que brotam genuinamente da comunidade para fazerem o melhor na e pela comunidade.

A comunidade pode confiar nas Instituições de Solidariedade, com elas colaborar e a elas dedicar a sua gratidão. Sempre e para além da crise sanitária...



ANA MARIA BANDEIRA, VICE-PRESIDENTE DO ISCAP

Adesão à plataforma «SomosIPSS» é mais-valia para avaliar e melhorar a gestão

O Projeto TFA tem como grande objetivo promover a accountability (prestação de contas) no sector da economia social, em particular nas IPSS. Para tal, o projeto propõe-se a concetualizar uma framework de indicadores que permita, a cada instituição e aos seus stakeholders, fazer a avaliação da accountability nas dimensões social, ambiental, financeira e económica das suas atividades. Ana Maria Bandeira, vice-presidente do ISCAP, instituto que integra a equipa que tem desenvolvido o projeto, revela alguns pormenores do projeto, sublinhando as vantagens que as IPSS podem retirar da integração na nova plataforma «SomosIPSS».

O «Projeto TFA - TheoFrameAccountability – Quadro teórico para a promoção da accountability (prestação de contas) no sector da economia social: o caso das IPSS» tem como grandes objetivos:

desenvolver uma plataforma tecnológica que permita às IPSS que não disponham de website a divulgação online da prestação de contas a que são obrigadas e de outra informação voluntária que cubra os aspetos sociais e económicos da sua atividade (www.somosipss.pt); desenvolver uma estrutura de indicadores que permita à própria instituição, aos stakeholders e ao sector da economia social fazer uma avaliação da atividade das IPSS nas suas dimensões social, ambiental, financeira e económica; e dar início à elaboração de um anuário financeiro que permita fazer a avaliação do desempenho das IPSS.

Para melhor se perceber as potencialidades da plataforma e as mais-valias que as IPSS podem obter a partir da adesão à mesma, o SOLIDARIEDADE conversou com Ana Maria Bandeira, docente e vice-presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

O organismo do Politécnico do Porto, em parceria com o ISCA Aveiro e o ISCA Coimbra, juntamente com a CNIS desenvolveram o Projeto TFA, que está no terreno através da plataforma www.somosipss.pt.

Após a adesão e a criação de um website para a instituição, segue-se a inserção de dados sobre uma grande variedade de indicadores que permitirão às IPSS avaliar o seu desempenho, mas também comparar-se com os seus pares.

SOLIDARIEDADE - A estrutura de indicadores já se encontra definida?

ANA MARIA BANDEIRA - Sim, esse trabalho foi desenvolvido na fase inicial do projeto.

E como é que foi desenvolvida?

Baseámo-nos numa extensa revisão de literatura que contempla as vertentes social e ambiental, para além da económica, e ainda na perspetiva da engenharia organizacional sobre o processo



produtivo, para traçar as dimensões, subdimensões e indicadores propriamente ditos. Em paralelo e no terreno, visitámos uma amostra significativa de IPSS, por forma a conhecermos melhor a sua realidade e preocupações e melhor podermos ir ao encontro das suas necessidades. Nesse sentido, chegámos a seis dimensões: 1. Purpose (Objetivo estratégico/Perfil organizacional/Governança/Transparência); 2. Partners (Utentes/Prestadores de atividade/Voluntariado/Fornecedores); 3. Performance Económico-Financeira (Rácios de atividade/económicos/Financeiros); 4. Proximity (Comunidade/Investimento Social/Mecenato); 5. Planet (Eficiência energética e emissões/Resíduos/Ecologia); 6. Progress (Infraestrutura TIC/Literacia digital/Cultura).

Houve alguma validação que demonstre a adequabilidade à realidade das IPSS?

Realizámos um Focus Group onde apresentámos a framework e os indicadores, de modo a obtermos uma validação da sua adequabilidade por um grupo representativo e heterogéneo. Foram convidados para o efeito representantes de IPSS, de municípios e da Rede Social, bem como académicos ligados ao estudo do sector da economia social. Através dos inputs recebidos fizemos ainda reformulações possíveis nos indicadores, aproximando-os das necessidades sentidas.

E de que tipo de indicadores é que estamos a falar, pode exemplificar?

Sem querer ser exaustiva, poderei referenciar, por exemplo, na dimensão Purpose, o índice de transparência pelo qual se avalia se a entidade relata mais do que é minimamente exigido. Já na dimensão Partners, temos indicadores que avaliam o relacionamento com os utentes, com os

trabalhadores, com a comunidade, por exemplo, indo desde a caracterização de cada um desses universos até à sensibilização para a avaliação da satisfação, da criação de emprego, do recurso ao emprego inclusivo. Quanto à Performance Económico-Financeira são exemplos o Volume de negócio em termos de atividade, a Rentabilidade Operacional a nível económico ou a Liquidez geral a nível financeiro. Em Proximity, os indicadores pretendem evidenciar, por exemplo, a realização de programas de formação/informação que são postos ao dispor da comunidade. No que respeita à dimensão Planet, propomos a avaliação da sensibilidade da entidade para as questões ambientais, com reflexo ou não na parte económica. Relativamente à dimensão Progress, tentamos avaliar a capacidade de adaptação às novas tecnologias pelo impacto que tal poderá gerar na atividade da instituição. São amostras dos diversos indicadores possíveis de encontrar na framework desenvolvida.

Trata-se, em primeira instância, de uma autoavaliação por parte das instituições?

Sem dúvida. Ao avaliarem quaisquer dos parâmetros indicados, as instituições estão em primeira fase a olhar para a sua envolvente interna, sobre a qual ponderam e refletem.

Habitualmente, o desempenho das IPSS é medido, sobretudo, pela avaliação da situação económica e financeira. Porquê incluir as componentes social e ambiental e o que é que estas vão avaliar?

O facto de apenas se considerar a dimensão económico-financeira na avaliação destas entidades é redutor, mais ainda se considerarmos que a sua missão é de cariz eminentemente social. Este lapso, nestas instituições em particular, tem de ser ultrapassado, pelo que a criação de indicadores específicos para a sua avaliação faz todo o sentido. Pretende-se avaliar com diferentes metodologias a performance social e ambiental e/ou, pelo menos, a sensibilidade que a instituição tem nestas dimensões.

Será possível efetuar uma comparabilidade entre as IPSS, ou melhor, cada uma avaliar o seu posicionamento face ao desempenho de outras IPSS?

É nosso propósito facilitar esse tipo de comparação. Quem aderir ao projeto poderá, mediante a avaliação obtida pelos indicadores criados, estabelecer o respetivo relacionamento com outras instituições, podendo filtrar o tipo de instituição, o seu âmbito territorial, etc., embora os dados sejam mantidos de forma confidencial.

Em que medida esta autoavaliação permitirá às instituições melhorar o seu desempenho?

É uma questão de análise de reptos e oportunidades, fraquezas e defeitos. Ao refletirem sobre aspetos positivos e negativos da sua atuação, podem melhorá-los e automaticamente interferir positivamente sobre o seu desempenho. Consiste num processo de benchmarking em que mimetizar o que de melhor se faz apenas se pode traduzir em melhores resultados.

Como é que esta componente se interliga com a plataforma www.somosipss.pt, apresentada na edição anterior do Solidariedade?



Efetivamente, para podermos facultar esta possibilidade de autoavaliação por parte das IPSS, elas terão de aderir ao projeto e registar-se na plataforma «SomosIPSS». Depois de fazer o registo têm a possibilidade de responder a um questionário que contempla as questões necessárias à recolha dos dados para o cálculo dos indicadores. Depois de respondido o questionário, a instituição terá acesso aos seus resultados (aos seus indicadores individualmente) e aos indicadores globais (resultados de todas as respostas). Isto permite a cada instituição aderente fazer uma avaliação do seu desempenho, podendo fazer a já referida autoavaliação, podendo comunicar esses resultados aos diferentes interessados e, como também já referimos, poder comparar-se com os pares.

Em que medida esta componente do projeto contribui para a melhoria do conhecimento que as partes interessadas (stakeholders) têm da instituição?

Esta componente do projeto só contribui para a melhoria do conhecimento que as partes interessadas (stakeholders) têm da instituição, se a instituição adotar práticas de divulgação de informação e dos resultados dos indicadores, melhorando a accountability e a transparência. Este também é um objetivo do projeto – sensibilizar para a necessidade de existirem práticas de accountability e transparência, na medida em que, muitos artigos científicos já referem que existem melhorias de desempenho para as instituições que o fazem e que ainda pode ser a via para atrair, designadamente mecenadas e doadores.

A adesão a este projeto e a submissão a uma ampla avaliação pode ajudar as IPSS a comunicar melhor o que fazem, como fazem e a importância do seu trabalho? Ou seja, a sociedade em geral poderá conhecer melhor o trabalho das instituições, contribuindo para aumentar a sua transparência?

Estamos convictos de que é precisamente assim. Como referimos anteriormente, ao darem-se a conhecer melhor em todas as suas dimensões e envolvimento, só pelo facto de aumentarem a sua transparência, gera-se confiança e credibilidade que a sociedade exige cada vez mais. As instituições passam a comunicar melhor, de forma mais transparente, e a sociedade responde de forma mais positiva através do reconhecimento da notoriedade destas entidades.

Como é que as IPSS interessadas em fazer esta avaliação o poderão fazer? Como aceder a esta componente do projeto?

Como referido anteriormente, as IPSS interessadas deverão integrar o projeto, registando-se na plataforma «SomosIPSS» e terão de responder a um questionário online para que os indicadores (avaliação) possam ser calculados. Posteriormente, será possível ter acesso à funcionalidade que permitirá estabelecer a comparabilidade entre IPSS, através de processos de filtragem. Os resultados da avaliação de desempenho e de comparações efetuadas podem ainda ser comunicados pela instituição, melhorando a sua transparência e chegando com maior facilidade a todos os seus stakeholders, logo, melhorando a sua accountability e a sua transparência.

AS IPSS, O REGRESSO E A EVENTUAL SEGUNDA VAGA DE COVID-19

Carência de recursos humanos e cansaço dos trabalhadores são as grandes preocupações

Têm sido meses de desafio constante para as IPSS, desde que a Covid-19 chegou a Portugal. Desde o início no olho do furacão, as instituições estão agora melhor preparadas para combater a propagação do vírus, em especial nos lares residenciais, seja da área sénior, seja na área da deficiência. No entanto, há carências difíceis de ultrapassar. Se em março e abril não havia equipamentos de proteção individual, e os que haviam eram muito caros, agora a principal privação prende-se com os recursos humanos. Para além de tudo, as equipas estão cansadas fisicamente, desgastadas mentalmente e ainda com muitos medos e receios, pois têm perfeita noção dos males que o novo coronavírus pode fazer no interior das instituições. Ainda assim, as IPSS reiteram o seu compromisso em servir e apoiar quem delas precisa, tudo fazendo para as manter em segurança.

Como que trazido por um vento leste de mau presságio, o novo coronavírus entrava em força em Portugal eram meados de março. Entre estados de emergência e de contingência, quarentenas e confinamentos, um rebuliço imenso e as vidas de todos alteradas inesperada e abruptamente, o país vive há mais de seis meses algo inédito e muito exigente.

Esta situação tem sido especialmente vivida pelas IPSS, que tendo a seu cargo uma imensa população, da mais jovem à mais velha, sabendo-se que esta última está no topo da vulnerabilidade face à Covid-19.

E para esta população, com maior acuidade, a normas da DGS centram-se demasiado nos procedimentos para evitar aumento do contágio, negligenciando todas as outras necessidades médicas desta população, o que tem levado a um aumento da perda da autonomia dos idosos, com o crescimento do número de outras patologias, aparecimento de novos casos de demência e mortes por desistência de viver devido ao isolamento.

Aliás, desde o início da pandemia as instituições sociais, em especial as que têm resposta de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), têm estado no olho do furacão. Os casos e os surtos ativos que têm acontecido em diversas instituições com resposta residencial têm sido debelados da melhor forma possível, sem que, infelizmente, não tenha sido possível evitar mortes.

Têm acontecido algumas, muitas menos do que noutros países, mas isso não deve servir de consolação a ninguém. No entanto, a disponibilidade, o empenho, a flexibilidade, a abnegação e voluntarismo de dirigentes, e trabalhadores das IPSS tem colmatado muitas das falhas que surgiram perante uma realidade que de forma repentina se abateu sobre a sociedade, em geral, e as IPSS, em particular, e para a qual ninguém estava preparado.

Mesmo assim, a resposta das instituições foi pronta e tem-se adequado à mutante realidade de forma exemplar. Daí, à exceção de alguns casos com surtos ativos no momento, a situação é



bastante mais calma, sem que esses casos gerem preocupação acrescida.

À hora de fecho desta edição, dia 5 de outubro, apenas as situações de Bragança (Santa Casa da Misericórdia), Vila Real (Centro Social de Salto) e Santarém (Centro Social da Serra do Alecrim e o Lar dos ferroviários do Entroncamento) requerem uma atenção especial, podendo-se dizer, segundo as informações recolhidas pelo SOLIDARIEDADE juntos das Uniões Distritais, o momento é calmo, não havendo situações de grande alarme a registar.

“A resposta ERPI no distrito de Santarém tem sido boa, pese embora terem ocorrido inicialmente alguns casos pontuais de infeções que foram prontamente debeladas. Recentemente ocorreu um surto, mais grave, na Associação dos Lares

Ferrovários, no Entroncamento, e outro mais ligeiro no Centro Social da Serra do Alecrim, Alcanede”, indica Horácio Teixeira, presidente da UDIPSS Santarém, que reporta a grande dificuldade sentida, especialmente, pelas instituições apanhadas pelo vírus: “A situação mais preocupante é a escassez crónica de recursos humanos e nem mesmo através do IEFP se conseguem arranjar pessoas, designadamente Ajudantes de Ação Direta e pessoal de enfermagem. A dureza física e psicológica do trabalho, aliada a baixos salários explicam, em grande parte, a falta de procura. Neste momento há enorme dificuldade no regresso às equipas em espelho... muita gente de baixa, quarentena (porque se cruzaram com positivos) e baixas de longa duração”.

Mesmo assim, “a Covid-19 determinou repercussões muito profundas e imprevisíveis na atividade das instituições, diversas medidas foram, entretanto, acionadas para mitigar os efeitos adversos da crise e as ERPI, sem que tenha havido lugar qualquer interrupção nos serviços prestados aos nossos utentes, prosseguem agora um percurso muito difícil, a exigir uma grande capacidade de trabalho e resiliência”, sublinha Lacerda Pais, presidente da UDIPSS Aveiro.

E esse trabalho e resiliência têm persistido, porque “as direções e os colaboradores têm sido imensamente dedicados e empenhados para conseguirem o melhor para os seus utentes”, afirma o cônego Roberto Mariz, presidente da UDIPSS Braga.

Mas como é impossível fazer omeletas sem ovos, para o presidente da UDIPSS Guarda, Rui Reis, “a criação das Brigadas de Intervenção Rápida pode ser mais uma ajuda na dificuldade que todos apresentamos e para a substituição de recursos humanos nas instituições” sempre que necessários por obrigações de quarentena.

“O distrito de Viseu na presente data, relativamente à resposta ERPI, não têm qualquer surto ativo de Covid-19, devendo-se muito esta situação ao empenhamento de todos os responsáveis e trabalhadores”, corrobora José Costa, líder da União Distrital das IPSS viseense.

Já Horácio Santiago, presidente da UIPSS Coimbra, lembra que “as instituições, em face da pandemia Covid-19 têm estado a reerguer-se, a readaptar-se e a reorganizar-se, como aliás é seu apanágio” e, em Coimbra, a situação, apesar de “alguns percalços, como é próprio”, tem corrido “de forma muito satisfatória”.

Mais a sul, no distrito de Évora, “constata-se um clima de alguma inquietação por parte dos idosos muito motivado pelas várias privações a que estão sujeitos, sendo, por essa razão, necessária uma grande capacidade criativa e de reinvenção diária do quotidiano por parte das instituições para evitarem cair na monotonia ou em situações de degradação”, revela Tiago Abalroado, presidente da União Distrital eborense.

Por seu turno, Filomena Araújo, presidente da UDIPSS Viana do Castelo, falando do seu distrito, resume, de alguma forma, o panorama nacional: “O número de casos de lares com contágios está controlado e esperemos que não aumentem. Tem havido uma grande insistência no cumprimento rigoroso dos planos de contingência e na sua atualização com vista a diminuir os contágios”.

Ou seja, proatividade e cumprimento das orientações emanadas das autoridades sanitárias, aliadas ao empenho e abnegação das instituições, têm oferecido um combate duro e robusto ao vírus, sem, no entanto, ter de chorar algumas baixas.

Também nas ilhas a situação está calma e controlada. Ainda assim, o responsável pela URIPSS Açores, João Canedo, sublinha uma preocupação das instituições, no que toca aos mais velhos: “Continuamos a não deixar os utentes das instituições sair e a ter apenas uma visita semanal, conforme o estipulado pela autoridade de saúde regional. Esta medida está a criar nos utentes seniores, a nível comportamental, um maior isolamento e um aumento da sintomatologia depressiva, mais tristeza e uma maior ansiedade. Acho que temos que abrir mais um pouco a interação com os familiares e amigos”.

Se a situação é calma e está controlada nas



ERPI das associadas da CNIS, há já algumas queixas quantos à falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e, claro, a falta de recursos humanos, que em situação normal já está no limite, piorando drasticamente quando uma instituição é invadida pelo vírus, colocando em quarentena grande número de trabalhadores.

Para além disso, como reporta o presidente da UDIPSS Santarém, as remunerações no sector Social Solidário não são atrativas.

“Também nos têm sido reportadas várias rescisões de contratos de trabalho, por parte das trabalhadoras, uma vez que sempre que os hospitais recrutam auxiliares, as trabalhadoras preferem trabalhar no hospital pois, apesar do perigo, pagam melhor do que as IPSS”.

Também Setúbal se queixa de falta de recursos humanos, com Fernando Sousa, presidente da União Distrital, a reportar a “necessidade de aumento de recursos humanos para as equipas espelho”, sendo que “as IPSS não têm capacidade financeira para o fazer”.

CENTROS DE DIA

Com o gradual levantamento das restrições ao normal funcionamento das instituições, veio também a possibilidade da reabertura gradual da resposta de Centro de Dia, muito reclamada pelas instituições e fortemente exigida pelos utentes.

No entanto, sendo uma resposta que acarreta perigos acrescidos, o regresso dos utentes aos Centros de Dia tem sido muito ténue e rodeado de especiais cuidados.

“A abertura plena e completa dos Centros de Dia não regista mais de 15 a 20% das situações. Apesar de um esforço enorme por parte das instituições, torna-se difícil conseguir acolher diariamente públicos que não possam ser controlados e monitorizados, se são ou não portadores de Covid-19”, começa por dizer Rui Reis, da UDIPSS Guarda, acrescentando que “continua a existir diariamente um esforço enorme por parte das colaboradoras na distribuição da alimentação e em permitir que nada falte aos utentes que se encontram em casa”, mas... “em distritos como a Guarda, que geograficamente tem uma população muito dispersa nas suas freguesias, o grau de exigência e gastos das instituições com o aumento das deslocações diárias torna-se em muitos casos incomportável”.

Também em Évora há uma grande preocupação com a população que frequenta esta resposta social, pois “o número de Centros de Dia abertos até ao momento no distrito é muito reduzido, existindo alguns cuja resposta funciona acoplada a outras e que aguardam autorização das entidades competentes para poderem reabrir”, refere Tiago Abalroado, adiantando: “Estamos muito

expectantes em relação à concretização deste processo, uma vez que temos consciência da dificuldade que está a ser para muitos idosos terem de permanecer em casa, na grande maioria dos casos sem qualquer suporte familiar”.

Na generalidade das instituições nacionais a retoma dos Centros de Dia tem sido muito lenta. Tal como refere Paula Pimentel, presidente da UIPSS Bragança, esta é a “resposta social mais difícil pelo receio de contágio”, explicando porquê: “Os familiares ainda receiam e mostram muito medo sobre a evolução epidemiológica. Como se tem verificado um aumento de casos positivos na comunidade existe muito receio de contágio”.

Por seu turno, Horácio Santiago, da UIPSS Coimbra, considera que esta “é, sem dúvida, uma resposta importantíssima, porém, colide com muitas outras respostas sociais, com cruzamentos difíceis de resolver em casa e nas instituições”, pelo que o regresso tem sido tímido e em muitos casos impossível.

No caso de Viseu a situação é mais difícil, no que toca a esta resposta social.

“Os Centros de Dia continuam quase na sua totalidade inativos, porque os espaços físicos assim como os recursos humanos são partilhados com outras valências e, por isso, corriam grandes riscos de transmissão do vírus entre utentes e trabalhadores. Esta situação tem sido compensada pelo apoio ao domicílio, embora reconhecendo-se que não é suficiente, pelo menos, em termos de socialização”, afirma José Costa.

E se em muitas regiões do país os Centros de Dia estão a abrir paulatinamente e ainda de forma residual, no Algarve “encontram-se ainda encerrados”, revela José Carreiro, presidente da URIPSS Algarve.

Em sentido contrário, nos Açores, “abriram mais cedo do que em Portugal Continental e estão todos em funcionamento”, avança João Canedo, acrescentando: “Foram criadas regras para a sua abertura e está a decorrer na normalidade possível, claro!”.

Também na Madeira a situação está a evoluir positivamente desde a reabertura dos Centros de Dia e Centros de Convívio no dia 8 de junho.

“As instituições têm, de acordo com os recursos humanos, materiais e equipamentos disponíveis e em colaboração com as famílias sempre que possível, funcionado bem, sem registo, até ao momento, de qualquer caso indiciador de preocupação acrescida”, revela Maria do Céu Carreira, vice-presidente da UIPSS Madeira.

Na generalidade, “os Centros de Dia estão a reabrir gradualmente”, como relata Filomena Araújo, da UDIPSS Viana do Castelo, tendo alguns só o feito no fim de setembro “devido a serem acoplados a outras respostas”.

“Houve a necessidade de adaptações de espaços que nem sempre foram fáceis. Temos também a indicação de que há idosos que não retornaram ao Centro de Dia, o que tem levantado preocupações com os mesmos”, acrescenta a dirigentes de Viana do Castelo.

Esta é a imagem global da situação desta importante resposta social para idosos que, ainda autónomos, necessitam de frequentar os Centros de Dia para que essa autonomia não se degrade.

Neste sentido, de Setúbal vem um alerta, como reporta Fernando Sousa: “É preciso reinventar os Centros de Dia, mas tal só é possível com mais pessoal e mais investimento em materiais de apoio às

atividades, mobiliário adequado que proporcione distanciamento social mínimo e alteração física do espaço para separar circuitos de entrada e saída evitando cruzamentos”.

Em Santarém mais de metade dos Centros de Dia não reabriram. Para além dos constrangimentos diretos para a sua reabertura, Horácio Teixeira revela que “a resposta social perdeu muitos utentes, ou porque morreram, ou pelo longo período de confinamento, em que perderam faculdades psíquicas e motoras e passaram para ERPI, na maior parte dos casos para ERPI privadas ou ilegais, devido à falta de camas nas nossas instituições”.

Para o líder da UDIPSS escalabitana, “também esta resposta sente uma enorme falta de recursos humanos, não tão acentuada nos meios rurais”.

A realidade é desafiante e, por isso, “os Centros de Dia estão, agora, a reposicionar-se face ao «novo normal», argumenta Lacerda Pais, acrescentando: “O momento é pois de recomeço, havendo, contudo, instituições em que se regista um maior tempo de decisão e ponderação sobre a reabertura desta resposta”.

Assim, e usando a situação do distrito do Porto para traçar um retrato nacional, a reabertura tem sido gradual, mas ainda há muitas respostas fechadas e utentes em casa.

“Os Centros de Dia isolados reabriram e, até à data, não temos indicação de dificuldades na sua ação diária. Os Centros de Dia que estão acoplados a ERPI não reabriram por indicação da Direção-Geral de Saúde”, relata Rui Leite de Castro, presidente da UDIPSS Porto.

INFÂNCIA

Findas as férias, com o regresso ao trabalho pós-confinamento, retomada a atividade escolar presencial e o fim dos apoios estatais à família, iniciou-se a retoma das respostas sociais à infância em todas as instituições.

No entanto, são diversos os cenários ao longo do território nacional, registando-se alguma quebra nos números de frequência, tanto em creche como no pré-escolar.

“O reinício do ano tem decorrido com normalidade. As valências da infância abriram todas. Há uma grande frequência, existindo mesmo instituições muito perto dos 100% de ocupação. Os cuidados são muitos para que tudo possa correr bem. São conhecidos os receios e as preocupações que existem, mas tudo está a ser feito para dar confiança e serenidade às famílias e colaboradores”, sustenta o cônego Roberto Mariz, da UDIPSS Braga.

Como na generalidade do país, o regresso deu-se sem grandes temores, como também o comprova o distrito de Viseu.

“O regresso às valências de creche e pré-escolar decorreu de forma que podemos afirmar muito positiva, sendo de realçar a colaboração dos pais e a dedicação de todos que contactam com as crianças, o que originou uma elevada adesão”, destaca José Costa.

No entanto, locais há em que a frequência diminuiu, como relata o presidente da UDIPSS Porto: “Temos conhecimento de que tem havido diminuição da frequência por parte dos utentes”.

Se alguns pais até estão em casa por via do «lay off» ou até do desemprego, é muito ainda o receio de contágio que leva as famílias a não fazerem as suas crianças regressar à «escolinha».

“O regresso nas respostas sociais de creche e



pré-escolar tem decorrido sem grandes problemas. Houve já algumas situações de contágio em pré-escolar que decorreram de contacto de famílias com pessoas infetadas, mas houve uma intervenção rápida do delegado de saúde que colocou as famílias em isolamento profilático, e a vida do pré-escolar não foi afetada”, revela José Carreiro sobre a situação no Algarve, algo que também já se registou, igualmente no distrito de Viana do Castelo.

“Temos tido pontualmente casos de contágio de crianças, mas que acontecem fora do contexto da creche e jardim-de-infância. As dúvidas das IPSS prendem-se com as atividades extracurriculares, pois não há orientações específicas, sendo estas mais um fator de risco”, relata Filomena Araújo.

O surgimento de alguns casos nestes contextos, deixa, compreensivelmente, os pais preocupados.

Na Guarda a retoma das valências de infância “tem decorrido com muita preocupação por parte dos dirigentes, dos colaboradores e com particular enlevo por parte dos pais”, realça Rui Reis, lembrando: “Julgamos que a preparação que foi realizada, com a adequação de espaços e o conjugar de equipamentos de proteção nas instituições, pode permitir que se acalente a esperança que foi realizado um trabalho responsável. O grande receio prende-se com a irreverência e comportamento de cada criança e jovem que possa permitir descuidos”.

Por isso mesmo, “prevalece alguma cautela por parte das famílias e é notório o esforço diário dos profissionais das instituições na área da infância, pois bem sabemos o quão é difícil assegurar a manutenção das medidas de distanciamento neste tipo de respostas sociais”, corrobora Tiago Abalroado, da UDIPSS Évora.

Igualmente nos arquipélagos dos Açores e da Madeira o regresso à creche e ao pré-escolar decorreu sem problemas de maior e com uma boa adesão.

“Tem decorrido bem no contexto das especificidades impostas pelos tempos e em respeito absoluto pelas normas de segurança”, afiança Maria do Céu Carreira, da UDIPSS madeirense.

Nos Açores a retoma foi “tranquila”, mas João Canedo deixa um alerta: “Claro que as relações entre crianças, educadores e auxiliares não tem o contacto humano que tinham, uma vez que agora os funcionários são obrigados a utilizar a máscara e a manter as distâncias, o que não ajuda na interação nas creches e jardins-de-infância”.

Em resumo, com o advento do novo ano letivo, as respostas sociais para a infância têm retomado as suas atividades dentro do novo normal que vivemos, registando-se ainda algum receio dos pais, a quem as instituições pedem bom senso e responsabilidade no que toca aos cuidados a ter com a pandemia.

FUTURO PRÓXIMO

A pandemia leva mais de seis meses em Portugal e avizinha-se uma segunda vaga da doença, quando as instituições ainda se estão a (tentar) refazer da primeira. Mais e melhor preparadas, as instituições dizem-se prontas para o combate, mas, entre os dirigentes, há uma grande preocupação.

Tal como foi referido no início deste texto, os recursos humanos das instituições estão no vermelho e há uma enorme carência de trabalhadores, especialmente quando o vírus consegue penetrar nas instituições.

E se na primeira vaga o estoicismo dos trabalhadores foi extraordinário, os dirigentes temem pelo cansaço instalado entre as equipas.

Recorde-se que a assistência aos utentes e o funcionamento das IPSS foram assegurados, em muitos casos, por equipas reduzidíssimas, com fortes implicações na condição física e mental desses trabalhadores.

“Os trabalhadores estão cansados, com medo de que esta, eventual, segunda vaga possa ser ainda mais desgastante e complicada. As pessoas sabem agora, muito bem, ao que vão e não existe já muita disponibilidade para a formação de equipas em espelho”, resume Horácio Teixeira, alertando: “Os trabalhadores estão desmotivados. Os últimos seis meses foram de uma enorme dureza e desgaste e sem aumentos salariais há cada vez menos motivação”.

No entanto, como refere José Costa, da UDIPSS Viseu, “todos os responsáveis e trabalhadores estão preparados para minimizar qualquer eventual situação que possa surgir em termos pandémicos”, até porque “pela experiência adquirida com o decorrer da primeira vaga foram aperfeiçoados e adaptados os planos de contingência que todas as instituições construíram de acordo com a sua realidade”.

Auscultada a maioria dos presidentes das Uniãos Distritais de IPSS, fica a ideia de que as instituições estão melhor preparadas para enfrentar uma segunda vaga do novo coronavírus, há grande empenho de dirigentes e trabalhadores para que, caso aconteça, possa ser ultrapassada sem grandes danos, mas precisam de ajuda, em especial em termos de recursos humanos.

E quando pode estar a surgir novo combate pela vida dos utentes das instituições, um toque a reunir...

“Em todo este processo, destaca-se a nossa cultura humanista no modo como se trabalha e lida com as pessoas. As instituições mantiveram o objetivo de proteger o que é essencial – a segurança de todos –, permanecendo ao lado dos nossos utentes e das suas famílias. Dar o melhor de nós é o compromisso que assumimos perante os nossos utentes e que nos move a cada dia. Mesmo nos mais difíceis, como são os de hoje. O tempo é de enorme responsabilidade e pede de todos compromisso e trabalho. Esta é a nossa promessa de solidariedade”, lembra Lacerda Pais.

O SOLIDARIEDADE lamenta não ter podido contar com os contributos das UDIPSS de Beja, Castelo Branco, Leiria, Portalegre e Vila Real, que, por diversas razões, não conseguiram participar.

PRESIDENTES DA HUMANITAS E FAPPC E O COMBATE À COVID-19

Há grande desconhecimento das particularidades das instituições da área da deficiência

As instituições da área da deficiência têm, igualmente, lutado e combatido a propagação do novo coronavírus e, no global, os resultados da sua ação são positivos.

Tal como as IPSS da área da terceira idade com resposta de ERPI, as instituições da área da deficiência também oferecem respostas residenciais, potenciais locais de contágio entre populações vulneráveis, mas até agora são residuais os números de casos positivos, tal como de falecimentos, sempre de lamentar.

“Num universo de milhares de pessoas com deficiência intelectual apoiadas, orgulhamo-nos do número reduzido de utentes infetados nos Lares Residenciais das Associadas da Humanitas – 13 com dois óbitos –, o que demonstra de forma inequívoca o excelente trabalho que as nossas equipas dos Lares Residenciais têm desenvolvido”, relata, ao SOLIDARIEDADE, Helena Albuquerque, presidente da Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental.

Por seu turno, Abílio Cunha, presidente da FAPPC – Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, sublinha a “relativa normalidade” e o empenhamento das equipas para o resultado satisfatório da ação das instituições: “Das associadas com Lar Residencial, esta tem sido a área que, pela prévia preparação e profissionalismo de todos, terá sido encarada com uma relativa normalidade. Têm sido muitas e constantes mudanças a nível de procedimentos, estratégias e legislação aplicável. Mas de forma sempre responsável e muito atenta as equipas de dirigentes e colaboradores têm encontrado as soluções possíveis à realidade aplicável em cada dia... É que o que é válido hoje pode já não o ser amanhã!”.

E se o balanço que os dois responsáveis fazem da situação nas estruturas residenciais é positivo, não deixam de apontar falhas e desconhecimento por parte de quem decide superiormente.

“Queixas? Sim, temos... A ausência, ou quantidade, de recursos humanos para criar equipas em espelho e um lamento, profundo, pela ausência de orientações específicas da DGS praticamente desde o início da pandemia. Os lares residenciais para pessoas com deficiência não podem ser equiparados aos lares residenciais para idosos! As orientações genéricas abrangem todos os lares residenciais, sem exceção, trazendo uma clara violação aos direitos das pessoas com deficiência”, assevera Abílio Cunha.

Já Helena Albuquerque refere exigências incompreensíveis da tutela: “Não podemos deixar de lamentar a postura de alguns auditores que têm realizado fiscalizações a estas estruturas, emitindo exigências completamente desadequadas para a realidade em questão e demonstrando um desconhecimento completo desta área. Apesar dos pontos positivos que se podem descrever a vivência deste período nos nossos lares, tais como o reforço da união entre os colaboradores e as famílias e o fortalecimento do sentimento

de solidariedade coletiva, existe algum cansaço por parte dos utentes relativamente a este período de isolamento longe da família e dos colegas. Temos tentado colmatar estes sentimentos mais negativos da forma que nos é possível, envolvendo os nossos utentes nas tomadas de decisão necessárias, para que estas lhes sejam mais suaves”.

Em tempo de retoma dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO), depois de um longo período de encerramento, os dois responsáveis pelas federações da área da deficiência falam em tranquilidade e de um regresso progressivo e em segurança.

“O regresso aos CAO tem decorrido de forma tranquila e paulatina. Verificou-se uma considerável percentagem no número de frequentadores destas valências e, além disso, tiveram que ser definidos (por imposição legal) novos limites em termos de número de frequência dos clientes, período de tal frequência e, até, o necessário distanciamento social... às vezes muito limitativo tendo em consideração a realidade de espaço físico existente em algumas unidades”, sustenta Abílio Cunha, no que é acompanhado pela presidente da Humanitas: “O regresso dos utentes de CAO a esta valência tem sido progressivo, marcado por alguma tranquilidade, só ameaçada, de quando em quando, por alguns casos de Covid-19 que têm sido controlados e que, felizmente, não têm produzido consequências de maior. Podemos afirmar que, neste momento, todas as nossas associadas retomaram as suas atividades presenciais, condicionadas naturalmente pelas restrições que se impõem neste período, mas com a flexibilidade suficiente, permitida pela tutela, para que adaptem o seu funcionamento a estes condicionalismos, minimizando o mais possível a perda de qualidade de atendimento que prestamos às pessoas com deficiência mental”.

Mas nem tudo corre sobre rodas, como aponta o presidente da FAPPC: “As orientações da DGS, a nível de transportes, implicaram muitos constrangimentos de logística e de custos – uma vez que uma viatura que habitualmente transportaria sete utentes, agora está limitada a um máximo de dois ou três”.

À medida que a retoma das atividades vai sendo feita, as instituições tentam adaptar-se para melhor cumprirem as orientações das autoridades. Isso tem implicado constantes alterações aos planos de contingência, como revela Abílio Cunha: “Destaco que, dialogando, conseguimos sensibilizar todas as associadas para um constante adaptar de regras e normas. Há casos de IPSS, por exemplo, em que o Plano de Contingência já estará a chegar à sua 20.ª atualização”.

É já meio ano que levamos de pandemia, de restrições e alterações ao normal rumo das nossas vidas, quando, tudo indica, está à porta uma segunda vaga do novo coronavírus. Depois de um trabalho extraordinário das equipas das IPSS, dirigentes, técnicos e demais trabalhadores até



ao momento, cujo empenho e abnegação foi já reconhecido generalizadamente, importa sentir o pulso a quem mantém as instituições a funcionar e os cuidados a chegar aos seus destinatários: os utentes!

“Cansados, mas muito ativos, dialogantes, conscientes e a preparar soluções para minorar o impacto da referida segunda vaga da Covid-19”, atira, de pronto, Abílio Cunha.

“As equipas das nossas associadas estão tranquilas, imbuídas do espírito coletivo que nos deve nortear neste momento e com a missão de continuar a proteger e a cuidar das nossas populações mais desfavorecidas”, refere Helena Albuquerque, acrescentando: “As medidas de apoio criadas pelo Ministério da Segurança Social destinadas às IPSS, quer no que toca à contratação de quadros de apoio direto aos utentes quer no que se refere ao reforço dos subsídios de funcionamento, têm sido decisivas para manter as nossas instituições com boa saúde económica e financeira, continuando a poder transmitir aos colaboradores a estabilidade que eles necessitam para continuarem a desempenhar a sua função com dedicação e empenho”.

Para Abílio Cunha, o cansaço é o grande problema.

“Não obstante a total dedicação, o esforço e a competência dos colaboradores das IPSS, nota-se um evidente cansaço, físico e mental. Têm sido meses de incontáveis esforços, da alteração de rotinas e, principalmente, de muitos cuidados”, sustenta, deixando um lamento: “Mas há também, a nível essencialmente diretivo, alguma revolta. As associadas da FAPPC queixam-se de falta de apoios – nomeadamente estatais – para fazerem face às inúmeras dificuldades sentidas e às constantes exigências, legais ou, até, de saúde pública. A quebra de receitas, das participações dos clientes e de donativos é uma realidade”.

Mas as queixas não são apenas de quem mantém as instituições a funcionar... bem. Também dos utentes e famílias há razões para descontentamento, porque “necessitam dos nossos serviços e, nestes últimos meses, foram forçados a uma interrupção daquilo que é necessário e imperioso”.

NÚMEROS DA COVID-19 EM TODO O MUNDO ATÉ OUTUBRO

Mais de um milhão de mortos e quase 35 milhões de infectados

A pandemia de covid-19 provocou mais de um milhão de mortos desde o surgimento da doença em dezembro e até ao início do mês de outubro, segundo o balanço da AFP.

São quase 35 milhões os casos de infeção que foram registados desde o início da pandemia, dos quais 24.127.400 milhões já foram considerados curados, noticiou a agência France-Presse.

Os Estados Unidos, cujo Presidente, Donald Trump, foi infectado pela covid-19, é o país mais afetado pela pandemia, quer em número de casos quer de mortes, registando 209.399 vítimas mortais, de um total de mais de sete milhões de casos, dos quais quase três milhões foram declaradas curadas.

Após os Estados Unidos, os países mais afetados são o Brasil com 145.987 mortos para 4.906.833 casos, a Índia 101.782 mortos (6.549.373 casos), o México com 78.880 mortos (757.953 casos), e o Reino Unido com 42.317

mortos (480.017 casos).

Entre os países mais duramente atingidos, o Peru assinala o maior número de mortos em relação à sua população, com 99 óbitos por 100.000 habitantes, seguido pela Bélgica (87), Bolívia (69), o Brasil (69) e a Espanha (69).

A China, excluindo os territórios de Hong Kong e Macau, assinalou um total de 85.450 casos (16 novas infeções entre sexta-feira e hoje), incluindo 4.634 mortos (sem novos óbitos), e 80.621 pessoas recuperadas.

De acordo com o balanço da AFP, a América Latina e Caraíbas totalizavam 352.852 mortes por 9.605.206 casos, a Europa 235.054 mortes (5.725.828 casos), os Estados Unidos e o Canadá 218.859 mortes (7.547.664 casos), a Ásia 143.339 mortes (8.512.897 casos), o Médio Oriente 46.975 mortes (2.057.119 casos), a África 36.336 mortes (1.508.609 casos), e a Oceânia 981 mortes (31.979 casos).

O balanço foi realizado a partir de dados recolhidos pelas delegações da AFP junto das autoridades nacionais competentes e de informações da Organização Mundial de Saúde.

Portugal ultrapassou no dia 4 de Outubro os 2.000 óbitos associados à covid-19 desde o início da pandemia, segundo o boletim epidemiológico da Direção-Geral da Saúde (DGS).

Os casos confirmados (cerca de 80 mil) distribuem-se por todas as faixas etárias, situando-se entre os 20 e os 59 anos o registo de maior número de infeções. A faixa etária 40 e os 49 é a que regista o valor mais elevado.

O novo coronavírus já infectou em Portugal pelo menos 35.876 homens e 43.275 mulheres, de acordo com os casos declarados. Do total de vítimas mortais, 1.004 eram homens 1.001 mulheres.

O maior número de óbitos continua a concentrar-se nas pessoas com mais de 80 anos.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE EXCELÊNCIA
ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL
+ DE 3000 CLIENTES

SOFTWARE
Licenciamento e SaaS

GESTÃO INTEGRADA E
DESMATERIALIZAÇÃO DE
PROCESSOS EM TODAS AS ÁREAS
DAS ENTIDADES DO SETOR SOCIAL

**PROXIMIDADE EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL**

na prestação de serviços de
consultoria, implementação
e apoio aos utilizadores
do software

SOFTWARE DE GESTÃO
DE SURTOS [COVID-19]

GRATUITO
para clientes F3M

INVISTA NA
TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL
FINANCIAMENTO
0% juros
Fale connosco!

NOVA APP
Para cobrir as necessidades
específicas dos processos
integrados de utentes
da área da infância.



ESTUDO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA SOCIAL

40% dos técnicos e diretores das IPSS sofrem de cansaço extremo

Um estudo realizado pela Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES) a 339 trabalhadores revela que cerca de 40% dos técnicos e diretores técnicos das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) de Portugal sofrem de burnout (cansaço extremo).

A “Avaliação Multidimensional dos Trabalhadores das Organizações Sociais em Portugal - Burnout e Engagement” teve como objetivo analisar os fatores de risco para o desenvolvimento de esgotamento físico e mental nos trabalhadores e nos responsáveis de cargos diretivos. “Este estudo aparece em setembro de 2019, mas a Associação Nacional de Gerontologia Social, fundada em 2012, orienta-se por esta vertente do fator recursos humanos nas Organizações Sociais. Nós tínhamos feito um outro estudo, também coordenado por mim que tinha analisado os efeitos da formação nos auxiliares e ajudantes das instituições e passava-nos um pouco à margem que o estado dos técnicos e diretores técnicos fosse muito semelhante. Pensávamos, erradamente que o facto de terem preparação profissional e formação superior que os outros não têm, pudesse protegê-los. Pensávamos ainda que o fator idade pudesse também ajudar uma vez que houve uma regeneração sobretudo nos quadros técnicos das organizações. Imaginava que alguém melhor preparado tinha uma capacidade diferente para lidar com a adversidade, os problemas do dia a dia, com as necessidades do próprio sector. Reconhecemos agora que não. O estudo evidencia que 40 por cento das 339 pessoas entrevistadas estão numa situação de comprometimento físico e psicológico, aquilo que chamamos de burnout.” A explicação é de Ricardo Pocinho, presidente da ANGES e coordenador deste trabalho que teve uma equipa de investigadores que contou com a participação de Pedro Carrana, Bruno Trindade, Cristóvão Margarido, Rui Santos e Gisela Santos.

A avaliação multidimensional concluiu ainda que a grande maioria dos trabalhadores inquiridos (73,7%) sente-se satisfeito com a sua vida, mas somente 59,9% “perceciona a sua saúde física e psicológica como razoável”. Afirma o investigador: “Nós para além de medirmos o burnout medimos também o comprometimento de cada uma das pessoas que se chama engagement. Para além de estarem muito cansadas com a atividade que têm revelam-na como uma atitude motivante e motivadora. 83 por cento têm elevados níveis de engagement, estão incluídos naquilo que fazem, gostam do que fazem, mas têm níveis de cansaço muito grandes. Há reportes interessantes no estudo: as pessoas que trabalham por turnos estão muito mais cansadas que os outros. O horário noturno não está acautelado como deveria estar. Há uma redução drástica no número de trabalhadores ainda que durante a noite se mantenha o número de idosos. Verifica-se nos trabalhadores níveis preocupantes de ansiedades crescentes e medos emergentes como se estuda em psicologia.”

Ricardo Pocinho adianta que a formação

profissional dos inquiridos ajuda a diminuir os índices de burnout, que no caso de auxiliares e ajudantes atinge os 87%, de acordo com um outro estudo realizado há dois anos. O estudo revela também que 80,5% dos inquiridos considera o seu salário injusto, embora a esmagadora maioria (95,3%) refira estar satisfeito com as suas funções profissionais.

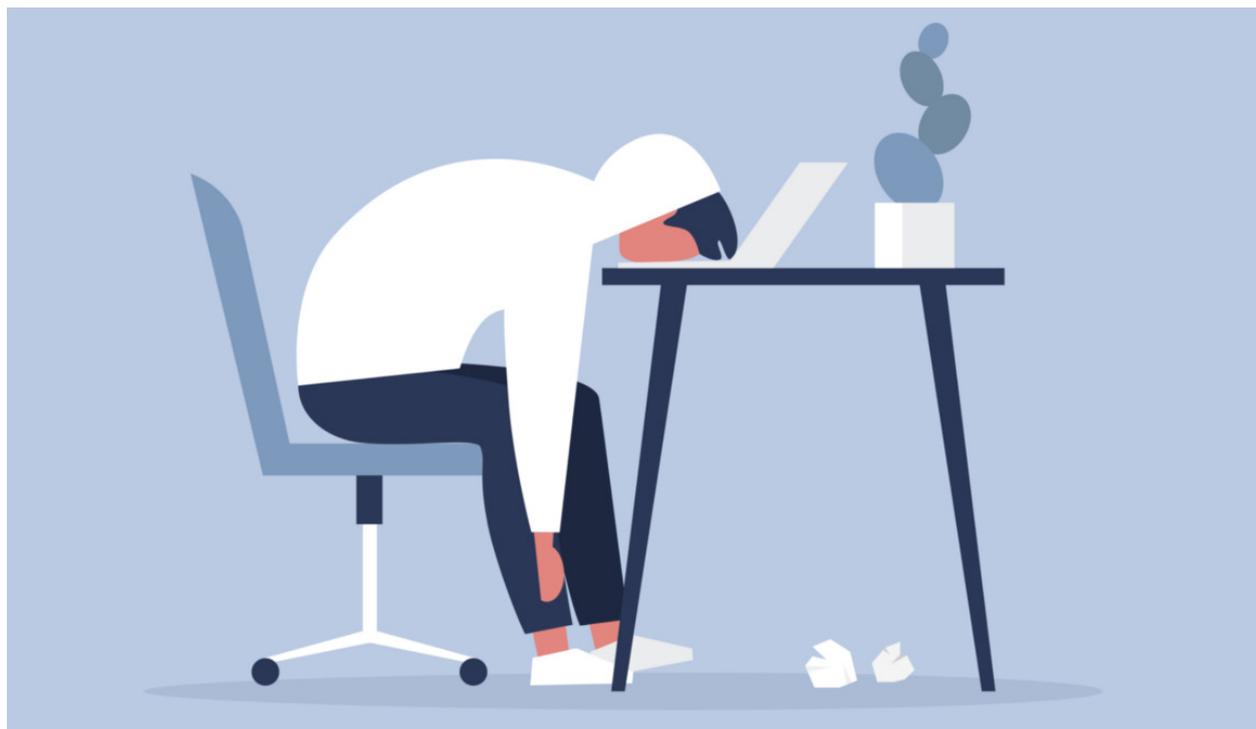
Cerca de uma centena dos trabalhadores respondeu ao inquérito do estudo já depois de declarada a pandemia da covid-19 e, segundo Ricardo Pocinho, “não houve alterações significativas”. “A pandemia agora serve de desculpa para muita coisa, mas antes as organizações sociais já tinham elevados problemas”, salientou.

O estudo da ANGES, sediada em Coimbra, teve início em setembro de 2019. O coordenador Ricardo Pocinho pretende alargar o estudo a todo o país. “Sobre este estudo falamos com a ministra do Trabalho e da Solidariedade no dia 28 de agosto dando-lhe nota do resultado do estudo e, a pedido do próprio, reunimos também com o bastonário da Ordem dos Psicólogos. A ideia é que durante este mês de outubro se estenda a todo o país. Resultou desse encontro a ideia de ser o próprio Ministério a dar um contributo maior naquilo que é a nossa grande necessidade que é a recolha de dados. O tratamento está assegurado pela nossa equipa. Na recolha temos alguma dificuldade em ter contacto com todo o território. No estudo há uma fase de questionário e outra de entrevista. Precisamos de recursos humanos ou retribuição monetária que nos permita contratar durante alguns meses um conjunto de bolsiros, parceiros, colaboradores que possam ajudar nas entrevistas. E aqui a Ordem dos Psicólogos também pode dar uma grande ajuda. O problema está encontrado, agora temos que encontrar formas de o mitigar e resolver.”

O estudo da ANGES aponta para a deterioração da saúde mental e física dos diretores técnicos e

técnicos das organizações sociais... O alargamento a todo o país vai reforçar a ideia de que os recursos humanos nas IPSS são escassos, como explicita Ricardo Pocinho.

“Tem que haver reforço das equipas técnicas. Nós hoje temos instituições que têm dois técnicos e 60 ajudantes. Pessoas com baixa escolaridade, com pouco prática profissional para o que é exigido. Partimos do princípio de que, com alguma experiência e rotina, todos somos capazes de lidar com os idosos em lar. O sector revela uma grande ausência de recursos humanos, sobretudo de técnicos, que contribuam para aquilo que é o desenho da estratégia da instituição. Normalmente a estratégia é de reação para resolver os problemas emergentes de cada dia. O diretor técnico acaba por ter uma função de bombeiro que resolve problemas correntes. Por exemplo, não há, no país todos os dias, instituição nenhuma onde não esteja a faltar alguém por incapacidade para o trabalho. É fundamental a existência de mais recursos humanos a todos os níveis. Depois, tem que se repensar a tipologia de respostas sociais. Agora o que temos em quase todas as instituições é uma mescla de respostas. As famílias, naturalmente, querem estar perto para os ir visitar, revelando até um certo egoísmo. Nós não podemos ter instituições como as que temos hoje em que estão misturadas pessoas com imobilidade física, com outras com graus de demência, outras acamadas, sem ajuda de psicólogos, enfermeiros especializados, médicos...têm profissionais de banda larga que fazem tudo para todos. Isto não serve a ninguém. Em Portugal 80 por cento dos idosos institucionalizados têm algum tipo de dependência. Há um rácio de oito idosos para cada trabalhador, de forem dependentes passam a ser cinco, mas é difícil de ser cumprido porque os funcionários não têm nenhuma preparação para lidar com dependências.”



RICARDO POCINHO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA SOCIAL

Sector social é considerado não lucrativo mas é o que mais lucro direto traz ao país

Ricardo Pocinho é fundador e presidente da ANGES - Associação Nacional de Gerontologia Social. É licenciado em Direito, doutorado em Processos de Formação pela Universidade de Salamanca, e em Psicogerontologia pela Universidade de Valência. Fez Pós-Doutoramento em Ciências da Educação, na especialidade de Educação Permanente e Formação de Adultos pela Universidade de Coimbra. É professor adjunto da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, investigador integrado do Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais, da Universidade Nova de Lisboa. Ricardo Pocinho redige regularmente artigos que são publicados em revistas e livros de várias nacionalidades e de elevado prestígio como a ACM, Thompson Reuters, Springer e Elsevier. Esta entrevista surge a propósito do estudo "Avaliação Multidimensional dos Trabalhadores das Organizações Sociais em Portugal - *Burnout e Engagement*", de que Ricardo Pocinho foi coordenador.

SOLIDARIEDADE – O estudo que coordenou teve em conta 339 entrevistas de um universo de milhares de técnicos e diretores técnicos. É suficiente para se extrair conclusões?

RICARDO POCINHO – A amostra é suficiente, o estudo tem coerência e os dados dão muita consistência. O objetivo maior, junto das confederações e parceiros com assento na concertação social, é criar um movimento positivo para que haja uma reestruturação de algumas coisas que estão mal ou menos bem feitas nas organizações sociais. O sector é um dos maiores empregadores do país, com dinâmicas económicas e empresariais na maioria das localidades. Às vezes em muitas freguesias as IPSS são o único empregador. Têm sido muito bem defendidas, quer pela CNIS quer pela UMP e outros parceiros. As IPSS não entram em concertação de centrais de compras, algumas através do estrangeiro, que hoje têm uma grande dinâmica. Uma grande parte dos serviços fornecidos ao Estado são assim fornecidos por empresas com sede fora de Portugal que nem sequer cá pagam impostos, como é o caso das empresas de segurança, vigilância e plataformas alimentares. A economia do terceiro sector e as IPSS nisto demonstram diferença. Compram localmente, criando dinâmicas económicas interessantes que não podem ser esquecidas. É considerado um sector não lucrativo, mas é o que mais lucro direto traz ao país. Não só pelo número de pessoas que emprega direta e indiretamente, mas pelo incentivo que dá à economia local.

Que impacto teve a pandemia no trabalho diário das IPSS?

No estudo, quando fazemos um recorte com as 85 pessoas que responderam depois de março, a alteração é praticamente zero. As pessoas

que responderam depois da pandemia tinham os mesmos níveis de cansaço que têm estes agora. A pandemia não trouxe nada de novo a não ser mais cansaço. Um cansaço que está tão agudizado que não consegue ser pior refletido. A pandemia só trouxe às luzes da ribalta a questão dos lares por falta de assuntos de atualidade para ocupar o sistema mediático. E os temas dos lares, discutidos por painelistas e comentadeiras, em boa verdade, não têm verdadeiro interesse nem qualquer utilidade.

O que quer dizer com isso?

Há uma imagem negativa do sector social. Não faz falta nenhuma campanha para enaltecer o trabalho notável deste sector. Faz falta uma campanha para que as pessoas entendam que é um sítio de conforto e o respeito pela legislação é muito maior do que na maior parte das empresas do país onde pagam da mesma maneira. O sector social paga pouco, mas é aquilo que está estabelecido na lei e que é acordado em concertação social. Algumas instituições poderiam pagar um pouco mais do que o salário mínimo, mas a maioria, as que dependem de acordos de participação e protocolos com o Estado, não têm nenhuma possibilidade de pagar mais do que o salário mínimo, que é o que está estipulado. É o que pagam os cafés, as estruturas alimentares, as cadeias de supermercados. Temos é que questionar se esses sectores cumprem tanta legislação como cumpre o sector social. E depois, este é o sector solidário, mas pouca solidariedade tem entre si.

Nós por conta desta pandemia assistimos a grandes necessidades de muitas instituições e não vimos disponibilidade de outras para as ajudar. Nós em Portugal temos instituições que têm

milhões e outras que contam tostões. Todos nós damos um contributo para os jogos Santa Casa e depois não vemos o dinheiro efetivo repercutido por todo o território onde as pessoas jogam. Vemos instituições que vão à falência e outras que estão a caminho disso, deixando territórios a nu e desprovidos da resposta social que dão porque a instituição do lado não quer abdicar dos seus rendimentos que nem sequer tributa. Temos que ter a consciência que somos um país pobre, com poucos recursos e muito daquilo que tem sido o aumento das participações do Estado para com os outros tem sempre que ver com o aumento dos impostos.

O estudo identifica problemas. Tem alguma pista para as soluções necessárias?

Para resolver o problema emergente das organizações sociais em relação aos seus recursos humanos há que fazer uma revisão dos rácios. Mais recursos humanos, mais recursos humanos técnicos, preparados para terem uma condição do que são hoje as exigências da nova tipologia de utentes. Temos hoje pessoas mais imóveis, mais descapacitadas, mais declínio cognitivo, mais demência. Na infância temos crianças mais exigentes, com pais ultraexigentes, que querem o melhor para os poucos filhos que têm. Temos que rever os rácios e para isso é preciso dinheiro. Pode ser injetado nas instituições para maior financiamento de recursos humanos.

O que significa que têm que ser revistos os acordos e a



forma de comparticipação das famílias. Não pode haver a ideia dum sector que é igualitário na prestação, mas não é equitativo. É o que temos hoje, um sector de prestação igual, mas não equilibrada nem sequer em percentagem. As regiões têm custos completamente diferentes e o Estado dá o mesmo a todos pela comparticipação independentemente do custo do utente. Com a comparticipação das famílias é um pouco semelhante. O objetivo no futuro é que consigamos que todas as pessoas tenham acesso a um lar. Nós não temos condição demográfica para pensar que o retrocesso, até pela falta de emprego, colocará um membro do agregado familiar a ser cuidador do seu pai ou da sua mãe. Era bom, mas não é possível. Num país que vai viver nos próximos 20 anos a sua maior crise demográfica, com uma falta de mão de obra problemática, sem recurso à Europa que vai estar igual, vamos precisar de estruturas em condições para estarmos tranquilos nos nossos trabalhos até mais tarde. Eu espero que a pandemia possa servir para alguma coisa positiva, designadamente o que pôs a descoberto sobre o funcionamento das instituições de solidariedade social, em especial o que aconteceu com os lares de idosos e residenciais.

Os lares do futuro têm que ser diferentes?

Temos que saber o que fazer aos que têm mais idade. Há coisas hoje que são colocadas nas costas dos lares e dos responsáveis dos lares e deveria ser, antes disso, tratado com o Ministério da Solidariedade e da Saúde. Hoje acontece, nos hospitais, apenas a problemas de saúde e nestas estruturas residenciais para pessoas idosas ou lares acontece por problemas de saúde e por problemas sociais de grau menor. Se quisermos ser claros, este é o parceiro público-privado que o Ministério da Saúde pode ter mais barato. E ainda assim não quer ter. Prefere mil vezes ter o relacionamento com grupos privados e alguns deles nem sequer nacionais são. As IPSS como um todo têm que ser vistas como o sector que mais modificações têm que ter num tempo curto para que o país possa existir como o conhecemos. Fala-se da crise geracional ou demográfica dos próximos 20 anos. Mais de metade da população terá mais de 65 anos de idade e com o país, nesse período, incapaz de regenerar o mercado de trabalho. E estamos a ignorar o problema. Temos que encontrar formas de financiar as estruturas que vão ter que cuidar desta gente. Ter um maior compromisso das famílias e um maior compromisso do Estado.

É a mesma fórmula...

As IPSS substituem o Estado na função social que lhe cabe. O Estado é acionista com apenas um terço, mas manda em tudo. Com a comparticipação que faz resgata a autonomia das instituições e coloca condições que levam as IPSS a terem a porta aberta para prestar cuidados, mas sem capacidades financeiras para isso. A questão dos profissionais de saúde, por exemplo. Até haver uma medicina geriátrica vai ser muito difícil fixar pessoas em lares. Por outro lado, já que as instituições têm fins públicos e os trabalhadores são considerados como tal, porque é que não é aplicada a tabela remuneratória do Estado que é em tudo melhor do que a das IPSS? Percebe-se que um enfermeiro não queira trabalhar num lar, que até será um ambiente de trabalho melhor do que

uma urgência hospitalar. O salário não é minimamente atrativo. São menos 200 ou 300 euros em relação ao Serviço Nacional de Saúde e, sobretudo, têm uma carreira. Quando se fala de motivação a progressão na carreira é fundamental. Um trabalhador num lar, independentemente da sua função, desde o dia que entra até ao dia em que sai, tem a mesma perspetiva de carreira, apesar dos possíveis aumentos de vencimento. Não tem nenhuma mudança de categoria nem nenhuma regalia. Era como se alguns de nós tivéssemos sido os melhores alunos da escola, mas nunca saíssemos da primeira classe. Que estímulo teríamos para estudar se não transitássemos de ano? Os trabalhadores sentem-se da mesma forma. Em Portugal as organizações sociais são de uma qualidade extraordinária, os trabalhadores são altamente dedicados. O sector, devido a alguns e sobretudo à responsabilidade dos governos, não tem a visibilidade positiva que deveria ter.

A imagem ainda é a de depósitos de pessoas?

A ideia depositária em relação aos lares viaja muitas vezes na cabeça de quem não conhece e na cabeça das famílias. Parece que um idoso é alguém que se prepara para morrer ao invés de uma criança que se prepara para viver. Deviam existir comissões de proteção de idosos. Algumas famílias fazem dos lares um depósito. Vão lá deixar os idosos e ficam à espera de um telefonema a dizer que o parente faleceu.

A pandemia não alterou nada. Isto sempre foi assim. Temos que tratar os idosos como tratamos as crianças com o mesmo nível de comprometimento. O sector social tem muito para crescer. É um dos maiores do país em termos de empregabilidade e de dimensão, mas tem que ser tratado de outra forma pelas famílias e pelo Estado.

A pandemia nas IPSS pôs a nu algumas fragilidades? O caso de Reguengos de Monsaraz contribuiu para se pensar que os lares não são lugares seguros, apesar dos números dizerem o contrário?

Isso deve-se à disponibilidade dos trabalhadores dos lares que tiveram uma atitude de grande consideração pelos utentes. No primeiro dia em que lhes foi solicitado que tivessem horários de confinamento, de espelho, de casulo, ou que quisessem chamar, tivemos muitos milhares de pessoas a dormir no chão dos lares onde trabalham para proteger as famílias dos outros. Temos que ter uma grande admiração pelos trabalhadores dos lares, pelos dirigentes e pelas próprias IPSS. Estas notícias que tentam denegrir este trabalho é mais uma oportunidade a ser criada para que os privados entrem em força no país. Até agora o interesse dos privados no sector não era muito, mas como agora as pessoas têm, em média, reformas mais elevadas, os grupos de investidores estão ávidos. Há alguns a comprar licenças de utilização de IPSS, sobretudo as mais pequenas e com mais dificuldades económicas. Este deitar abaixo o sector social é um princípio de entregar aos privados aquilo que funciona muito melhor se tiver um coeficiente público.

A confusão da cobertura mediática entre sector social, sector privado e lares ilegais...

Há uma vontade muito grande em deitar

abaixo este sector. Em Reguengos de Monsaraz envolveu-se tudo o que não interessava quando se devia apenas falar de pessoas. Quero lá saber da cor partidária do presidente da câmara e dos dirigentes. Deve haver fiscalização e quem não cumpre deve ser punido. O importante é tratar muito bem os utentes que estão nos lares. Houve situações iguais, como o caso do Montepio do Porto, com tratamento diferenciado. Esta visibilidade provocada pela pandemia podia ajudar no que é importante. Por exemplo: há um decreto que diz que o médico de família de um utente só o é até ao dia em que entra numa instituição. Ora o Serviço Nacional de Saúde não deixa de acudir a ninguém, independentemente de nenhum fator, quer esteja na via pública ou numa instituição de saúde. Ficamos agora a saber que não tem que acautelar o tratamento e a vida de pessoas institucionalizadas. Se assim é o melhor é colocar os utentes no SNS. O mais fácil para um diretor técnico é chamar ambulâncias e mandar os utentes infetados para o hospital mais próximo. Ora o que tem sido feito é o contrário. Temos que ser todos muito gratos ao pessoal das IPSS.

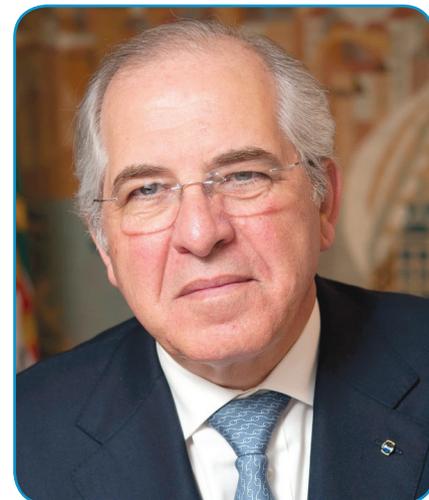
Qual é a sua opinião sobre as Brigadas de Intervenção Rápida?

Há ainda alguma confusão. A Cruz Vermelha, que criou este mecanismo, diz agora que afinal já não vai haver um médico na brigada, que será recrutado a partir de uma bolsa de trabalho temporário. O Ministério que tem a gestão dos lares também tem a gestão do IEFP e sabe que não há médicos disponíveis no país. Se não há médicos para o SNS como é que se arranjam médicos para as BIR? O mecanismo é muito burocrático e complexo para resolver uma situação que é simples. O que precisamos é de alguém que possa substituir profissionais em falta, sob orientação de quem lá trabalha.

V.M.PINTO – TEXTO E FOTOS



JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Muitos milhões de euros a caminho

O País tem andado a ouvir todo um conjunto de ideias com vista a serem aproveitados os muitos milhões de euros provenientes da Europa. Sobre o que é preciso fazer as coisas parecem mais ou menos claras, embora escasseiem ideias sobre prioridades a definir. Também não se tem discutido uma questão, para mim decisiva, e que tem a ver com o como se vai fazer e com quem. Dou um exemplo que os dirigentes das IPSS conhecem bem: uma coisa é afirmar que vão ser criadas uns milhares de camas destinadas a doentes que carecem de cuidados continuados, outra coisa é dizer onde e como vão ser criadas. Em instituições do Estado, no setor privado, nas IPSS, ou nas Misericórdias, ou nas quatro? E se as novas camas forem repartidas por esses quatro tipos de instituições qual a percentagem que o Estado pensa outorgar pelos serviços prestados? Não basta afirmar apenas o que se vai fazer. É preciso saber como fazer e com quem. E sobre isso há apenas ideias muito vagas. Daí tenho de concluir que não me parecem existir ainda condições para um envolvimento de múltiplos atores para as coisas corram bem e depressa.

Outro exemplo resulta de um estudo divulgado recentemente pelo Professor Augusto Mateus sobre a Reforma da Saúde em que a ideia central é que seja criado um compromisso formal entre o Estado e os setores social e privado para que as suas atividades sejam devidamente articuladas em benefício do bem comum. Trata-se de uma excelente sugestão que vai de encontro às tendências do nosso tempo em que só há a ganhar quando uma sociedade consegue atingir plataformas de equilíbrio que suscitem que cada grupo não se sente marginalizado nem injustiçado na distribuição de tarefas que lhe estão cometidas e se consegue criar elevados níveis de compromisso que a todos envolva e responsabilize. E, por falar em desequilíbrios, não podem existir dúvidas que na área social de há muito que existe um profundo desequilíbrio entre o valor real dos serviços prestado à sociedade pelas IPSS e Misericórdias e o valor por que são comparticipadas pelo Estado. Este tipo de situação pode ser tolerado por um

determinado espaço de tempo, até porque se trata de instituições que têm uma missão associada a valores identificados com o bem comum e que têm revelado uma notável capacidade de imaginação, adaptação às circunstâncias e muita resiliência. Apesar disso, não podemos ignorar os efeitos ligados a sentimentos de desespero, de desmotivação e de perda de esperança que os sinais de injustiça, permanentemente exibidos, sempre provocam.

No último dos programas dessa extraordinária profissional que é Fátima Campos Ferreira intitulado “Prós e Contras”, falou-se da necessidade de haver um “chão comum”, como algo de imprescindível para que todos se envolvam nos desafios que o País tem de enfrentar. Temos de ter a consciência que hoje esse chão não está em bom estado. Está sujo, com lama e exibe sinais de severa podridão. Basta ver os níveis de corrupção que envolvem figuras e instituições que deveriam, em tempos normais, estar acima de qualquer tipo de suspeita. Se um “chão comum” limpo é condição para a existência de um verdadeiro contrato social, então há que começar por organizar a sua limpeza.

Vem isto a propósito do País ir ter acesso

a avultadas verbas provenientes da União Europeia verbas, entre as quais se conta muito dinheiro com origem no chamado programa “Next Generation Europe” para serem investidas entre 2021 e 2023, com a condicionante de 70% das autorizações terem de ser dadas em 2021 e 2022 e as restantes 30% em 2023, o que evidencia a grande pressão que é colocada na urgência da preparação de projetos.

Dada esta condicionante de urgência, seria aconselhável que muito rapidamente as autoridades nacionais definissem uma espécie de “voucher”, destinado às Instituições Sociais, em que ficasse claro o volume financeiro disponibilizado e o tipo de projetos que poderiam ser financiados. Na definição desse “voucher” deveria ser ainda previsto a forma de gerir todo o processo. O maior risco que identifico na situação que vamos atravessar é que parte significativa dessas verbas venham a ser canalizadas para cobrir despesas correntes dos Ministérios. Daí que recomende muito vivamente que todo o processo fosse gerido através de um Comissariado, com uma forte delegação de poderes e em que as Instituições Sociais teriam de estar devidamente representadas.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

“FRATELLI TUTTI” – A Solidariedade

1 - Por estes dias, o Papa Francisco publicou uma Carta Encíclica, assinada em Assis, sobre o túmulo de S. Francisco, a que chamou, em homenagem a Il Poverello de Assisi, “Fratelli Tutti” – Todos Irmãos –, replicando a fórmula por que o Santo se dirigia aos seus contemporâneos, nas suas “Admoestações”.

“Fratelli Tutti” – Todos Irmãos; assim mesmo, na língua do Santo, em italiano, afastando-se do cânone da língua latina que costuma designar os documentos pontifícios desta natureza.

O título é mais extenso, todavia: CARTA ENCÍCLICA **FRATELLI TUTTI** DO SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE A FRATERNIDADE E A AMIZADE SOCIAL – e pretende remeter para aquele elemento da tríade “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” que tem andado mais esquecido na prática social e política – a Fraternidade.

(Lembram-se do “Dia de Natal”, do António Gedeão: “Comove tanta fraternidade universal./ É só abrir o rádio e logo um coro de anjos./ como se de anjos fosse./ numa toada doce,/ de violas e banjos./ entoa gravemente um hino ao Criador./ E, mal se extinguem os clamores plangentes,/ a voz do locutor/ anuncia o melhor dos detergentes.”)

Trata-se de uma reflexão do Papa, também provocada pela pandemia que tem assolado o mundo nos últimos meses e que, como sempre acontece, acaba por penalizar mais intensamente os mais pobres e os mais desprotegidos.

Como escreve o Papa Francisco; “Oxalá não seja mais um grave episódio da história, cuja lição não fomos capazes de aprender. Oxalá não nos esqueçamos dos idosos que morreram por falta de ventiladores, em parte como resultado de sistemas de saúde que foram sendo desmantelados ano após ano. Oxalá não seja inútil tanto sofrimento, mas tenhamos dado um salto para uma nova forma de viver”.

E, noutro passo, com uma actualidade que, no nosso Sector Solidário, temos porventura mais proximidade para reconhecer: “Médicos, enfermeiros e enfermeiras, farmacêuticos, empregados dos supermercados, pessoal de limpeza, cuidadores, transportadores, homens e mulheres que trabalham para fornecer serviços essenciais e de segurança, voluntários, sacerdotes, religiosas... compreenderam que ninguém se salva sozinho”.

São palavras do Papa: “... aquela solidariedade tão especial que existe entre quantos sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido, ou pelo menos tem grande vontade de esquecer. Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos num palavrão, que não se pode dizer; mas é uma palavra que expressa muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro.”

2 – Ao lermos as palavras do Papa, não podemos deixar de pensar, como portugueses, nas instituições que nasceram, cresceram e se desenvolveram no nosso seio, “com o propósito de dar expressão

organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos”, como refere o artº 1º do Estatuto das IPSS – fundando-se nesse valor da solidariedade entre todos (fratelli tutti), que ilumina o discurso da Encíclica e que se pode resumir na fórmula feliz: “todo o homem é meu irmão” – perdoe-se a unidade de género gramatical-

Nem podemos esquecer os cuidadores – trabalhadores, mas também dirigentes – que têm estado na linha da frente do combate à pandemia, evitando que os seus efeitos sejam tão devastadores como seriam sem a sua dedicação, esforço e competência.

Fundamentalmente, no que respeita à protecção dos mais vulneráveis relativamente aos efeitos letais da pandemia, como os mais velhos, as pessoas com deficiência e os doentes, desmistificando um discurso que se vai deixando alastrar de forma insidiosa sobre o “fardo” económico e social que tais segmentos da população representam.

Como referem as Recomendações do Estudo publicado há dias pela APAV, Relatório “Portugal mais velho/ Por uma sociedade onde os direitos não têm idade”: Apesar de vivermos numa sociedade cada vez mais envelhecida, continua a predominar entre nós uma visão negativa do envelhecimento – populacional e do indivíduo. Tal visão comporta estereótipos quanto às pessoas idosas, que são frequentemente vistas pela sociedade como pessoas frágeis, doentes e dependentes. Por sua vez, todo o grupo populacional a que pertencem estas pessoas é encarado pelas camadas mais jovens da população – a população activa – como um encargo económico e social que pesa nos bolsos do Estado e que lhes retira oportunidades de crescimento e prosperidade. No entanto, um dos maiores sinais de prosperidade é, na verdade, o aumento da esperança média de vida, um dos factores que tem vindo a contribuir precisamente para este envelhecimento populacional e que muitos rotulam como um dos maiores problemas da actualidade ou, alguns/mas mais num tom mais positivo, o maior desafio com que se deparam as sociedades ocidentais.”

Ou, no dizer da Encíclica: “A solidariedade manifesta-se concretamente no serviço, que pode assumir formas muito variadas de cuidar dos outros. O serviço é, «em grande parte, cuidar da fragilidade. Servir significa cuidar dos frágeis das nossas famílias, da nossa sociedade, do nosso povo». Nesta tarefa, cada um é capaz «de pôr de lado as suas exigências, expectativas, desejos de onipotência, à vista concreta dos mais frágeis (...) o serviço nunca é ideológico, dado que não servimos ideias, mas pessoas.»

Aliás, a Encíclica faz igualmente apelo a outros princípios tradicionais da doutrina social da Igreja, também eles constitutivos do código genético do Sector Solidário: o bem comum, a função social da propriedade, a partilha dos bens e o seu destino universal.

É justo o entusiasmo com que as palavras do Papa foram geralmente acolhidas, nos vários níveis e quadrantes políticos e sociais, cá e no estrangeiro.

Mas esse entusiasmo não pode ser selectivo; esquecendo-o quando tal for útil às querelas ideológicas domésticas.

3 - Por uma singular circunstância, esta Carta Encíclica vê a sua publicação coincidir com a



campanha eleitoral para a eleição do Presidente dos Estados Unidos da América, facto político este do maior relevo, não apenas para a política interna norte-americana, mas para o mundo em geral, e para a Europa em particular, tendo em conta o papel dos Estados Unidos no mundo unipolar em que temos vivido nas últimas décadas e o fastio do actual Presidente pelos seus aliados tradicionais europeus.

Tem sido apontado pela generalidade dos observadores internacionais como errático e perigoso o comportamento da Administração Trump na gestão doméstica da infecção por Covid-19, com o Presidente a não reconhecer a natureza letal do vírus e a induzir a população a não adoptar os comportamentos de protecção e prevenção recomendados pela comunidade científica - o que terá tido como efeito o facto de, naquele país, se ter já ultrapassado o número de 200.000 óbitos devidos à pandemia.

(Recorde-se que, ainda há alguns meses, o Presidente aventava que o total dos óbitos, durante todo o curso da pandemia, se situaria entre 100.000 e 200.000 – o máximo previsível. Infelizmente, ainda estamos longe do fim ...)

Claro que, no plano humano, queremos que Donald Trump se cure e que vença a doença que o veio atingir durante a passada semana, após o debate com Joe Biden.

Mas, na verdade, nem na doença o personagem perde os traços de arrogância e desprezo pelos interesses diversos do seu, de que é exemplo o facto de, não obstante estar infectado, ter forçado dois seguranças a acompanhá-lo, num carro fechado, expostos à contaminação presidencial, só para Trump poder ir saudar apoiantes que o aguardavam no exterior do Hospital onde estava internado.

O que se espera é que Trump vença a doença; mas seja vencido pelos votos.

Como escreve o Papa, na Encíclica:

“...a história dá sinais de regressão. Reacendem-se conflitos anacrónicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos. Em vários países, uma certa noção de unidade do povo e da nação, penetrada por diferentes ideologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais.”

E, noutro passo: “É possível desejar um planeta que garanta terra, tecto e trabalho para todos. Este é o verdadeiro caminho da paz, e não a estratégia insensata e míope de semear medo e desconfiança perante ameaças externas.

4 – Escrevo este texto no dia 5 de Outubro. Viva a República!

PLANO DA SAÚDE OUTONO-INVERNO 2020/2021

DGS emite diretrizes sobre procedimentos a adotar pelas IPSS

A Direção-Geral da Saúde (DGS) publicou o Plano da Saúde para o Outono-Inverno 2020/21 que pretende mobilizar todos os agentes do sector da saúde e o país para o período exigente que se avizinha e que requer uma resposta conjunta e participada.

Trata-se de um documento que será alvo de revisão e atualização bimestral, de forma a acompanhar a evolução epidemiológica e os contributos dos diversos intervenientes e que ainda receberá contributos do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Económico e Social.

O documento da DGS assenta em três grandes pilares: a resposta ao risco sazonal incluindo a Covid-19; a garantia da resposta de cuidados de saúde não-Covid; e uma série de medidas específicas em termos de comunicação e literacia.

Entre os diversos capítulos, há um especificamente dedicado ao «Sector Social e populações vulneráveis», que passamos a transcrever.

“No contexto da pandemia provocada pela COVID-19, importa prevenir o impacto desproporcional sobre as populações mais vulneráveis, particularmente em:

1. Residentes em ERPI;
2. Pessoas integradas na RNCCI;
3. Migrantes e refugiados;
4. Pessoas em situação de sem-abrigo ou de isolamento/exclusão social;
5. Pessoas com comportamentos aditivos.

O desenvolvimento de uma estratégia intersectorial e de proximidade dirigida aos fatores de vulnerabilidade permite minimizar as desigualdades e promover a equidade.

A melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis é conseguida, muitas vezes, através de intervenções dirigidas, integradas, sobre o eixo da saúde, social, económico, ambiental e urbanístico, que, por exemplo, através de uma linha de financiamento própria, visem dar algum poder de intervenção a comunidades vulneráveis.

Estas experiências, implementadas através do Programa Bairros Saudáveis, devem ser exploradas, potenciadas e replicadas.

A diminuição das desigualdades, na perspetiva da saúde, necessita de uma especial atenção no acompanhamento das comorbilidades, problemas de saúde mental e comportamentos aditivos, mas também na promoção de estilos de vida saudáveis. As medidas de saúde preventivas, com especial enfoque na alimentação saudável e na atividade física, devem constituir um desígnio prioritário de intervenção nestas populações.

A experiência acumulada com pessoas com comportamento aditivos e com pessoas em situação de sem-abrigo ou de isolamento/exclusão social demonstra a importância de reforçar o cumprimento das medidas de prevenção e



controlo de infeção, em respostas de proximidade, bem como, do acesso ao tratamento e cuidados de saúde adequados (incluindo mecanismos de mitigação da urgência dos consumos por privação), o que é conseguido através da articulação das estruturas envolvidas, de acordo com a Orientação n.º 035/2020, de 13/07/2020, emitida pela DGS.

O conhecimento acumulado até à data destaca a necessidade de consolidar o plano de intervenção específico para as estruturas residenciais para idosos (ERPI) que, numa base interministerial e intersectorial, com linhas de ação e acompanhamento a nível central, regional e local:

1. Seja desenhado com carácter prático e operacional, com uma aposta continuada na formação de todos os profissionais envolvidos e na literacia de todos os residentes;
2. Garanta a implementação das medidas de prevenção e controlo de infeção, incluindo a disponibilidade de EPI e a gestão de recursos humanos e equipas, de forma a organizá-la de acordo com a prestação de cuidados a pessoas com e sem suspeita ou confirmação de Covid-19;
3. Garanta a vacinação contra a gripe dos residentes e profissionais;
4. Garanta a realização de testes laboratoriais moleculares para SARS CoV-2 antes da admissão, de forma adequada, garantindo respostas humanizadas e o conforto material nas situações de isolamento;
5. Assente no funcionamento de equipas, integradas pelas Autoridades de Saúde locais, Segurança Social e Proteção Civil, que sejam

efetivas na decisão e implementação imediata de:

- a. Triagem clínica dos casos suspeitos de acordo com a sua gravidade, para encaminhamento apropriado;
- b. Testes laboratoriais para SARS CoV-2 a todos os suspeitos e contactos de alto risco;
- c. Organização das pessoas em coortes e dos espaços (realojamento).

A ocorrência de surtos em ERPI pode condicionar uma maior pressão sobre as unidades hospitalares do SNS, o que deve ser mitigado através de medidas adequadas de triagem, testagem rápida e garantia de acompanhamento clínico adequado fora das unidades hospitalares do SNS.

Apesar desta população apresentar, na generalidade, índices significativos de comorbilidades e dependência, o internamento hospitalar não é necessário em todos os casos, desde que seja:

1. Realizada uma triagem adequada com recurso a meios complementares de diagnóstico;
2. Garantida a interrupção das cadeias de transmissão;
3. Garantido o seguimento clínico adequado, fora das unidades de saúde, para as situações sem gravidade ou critérios de internamento, tal como acontece para a população geral que fica no domicílio.

Finalmente, devem ser garantidos os mecanismos de suporte social, conforto material e humanização destas estruturas, incluindo a realização segura, e adaptada ao contexto epidemiológico evolutivo, das visitas aos residentes.

LAR FAMILIAR DA TRANQUILIDADE, SANTO TIRSO

Reconhecimento ao padre Fernando Abreu em dia de inauguração e tomada de posse

Pela primeira vez na arquidiocese de Braga foi empossado como presidente de uma IPSS de direção canónica um leigo. Trata-se da nova Direção do Lar Familiar da Tranquilidade, de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, que, desde o primeiro dia de outubro, é liderada por Tiago Vilaça, antigo vice-presidente, que sucede ao padre Fernando Azevedo Abreu.

O arcebispo primaz de Braga, D. Jorge Ortiga, deu posse aos novos órgãos sociais durante as comemorações dos 30 anos da instituição, que coincide com o Dia Internacional do Idoso.

Trata-se de algo inédito na arquidiocese de Braga e apenas o terceiro caso no país (há apenas mais duas IPSS ligadas à Igreja na diocese de Lisboa neste contexto), indicou à margem da sessão o padre Lino Maia, presidente da CNIS.

“Continuem assim”, sustentou, por seu lado, Alberto Costa, presidente da Câmara de Santo Tirso.

A ocasião foi aproveitada para inaugurar e benzer a nova entrada do Lar, mas, principalmente, para homenagear o fundador e presidente da IPSS, o padre Fernando Azevedo Abreu, que a liderou durante 30 anos.

“Fiéis à identidade do nosso até agora presidente, queremos, da mesma forma, reconhecer quem muito trabalhou, se sacrificou, se dedicou, no fundo, se deu a esta casa, por isso inauguramos



este memorial de reconhecimento e gratidão”.

Foi com estas palavras que Tiago Vilaça justificou a decisão de erguer o memorial que pretende perpetuar a ligação do padre Fernando Azevedo Abreu ao Lar Familiar da Tranquilidade. A obra marca, que parque exterior da instituição, é uma peça escultórica desenhada e concebida pela empresa local CDR.

Este momento deveria ter acontecido em abril, mais precisamente no dia um desse mês, aquele

em que se assinalaram os 30 anos da abertura do Lar e os 20 da inauguração do Centro de Apoio/Lazer António Martins Ribeiro, mas que a pandemia Covid-19 impediu.

Nesse dia era suposto também inaugurar a nova entrada do lar, a última decisão do padre Fernando antes de ser acometido pela doença.

O Lar nasce para “ajudar os mais desprotegidos e o padre Fernando nunca deixou esquecer as pessoas que, de alguma forma, marcaram e marcam a vida da comunidade e aqui tem papel principal o benemérito António Martins Ribeiro”, lembrou o novo presidente, que recordou ainda que o “nascimento do Lar foi uma cruz pesada para o padre Fernando e não foi fácil a sua fundação, bem como a sua gestão ao longo de 30 anos, mas estamos orgulhosos do percurso feito”.

Amigo de longa data, o padre Lino Maia falou numa “personalidade ímpar”, alguém que “ama com quem está e continua a amar”.

O presidente da CNIS, visivelmente emocionado, disse ter ficado “contente” por ter descerrado o memorial, juntamente com António Castro, o único utente da instituição ainda vivo desde a sua abertura.

O padre Fernando é alguém que tem “originalidade no modo de servir”, disse D. Jorge Ortiga, acrescentando: “Uma pessoa que trabalhou e que se sacrificou sempre com os outros”.

PRÊMIO BPI SOLIDÁRIO

750 mil euros para 28 projetos inclusivos

O Prémio BPI «la Caixa» Solidário atribuiu 750 mil euros para apoiar 28 projetos que promovam a transição e a reinserção na vida ativa de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, bem como a promoção das suas necessidades básicas.

Os projetos distinguidos propõem respostas sociais para apoiar a integração socioprofissional dos grupos mais vulneráveis que viram a situação agravar-se com a crise que resulta da pandemia, nomeadamente migrantes, reclusos e ex-reclusos, pessoas com dependências e famílias com escasos recursos.

Entre os projetos distinguidos estão iniciativas que se propõem dotar os beneficiários de competências socioprofissionais, prestar apoio de consultoria para projetos de microempendedorismo,

promover a igualdade de género na vida familiar, regularizar a situação de migrantes e ensinar uma profissão.

Foram distinguidos os projetos das seguintes 28 instituições: A.F.S.O. - Associação Família Solidária de Oeiras (Lisboa); ALKANTARA (Lisboa); AMU - Ações para um Mundo Unido (Lisboa); APAC Portugal (Lisboa); APCL - Associação Portuguesa Contra a Leucemia (Lisboa); Aproximar Cooperativa de Solidariedade Social (Lisboa); Associação Betel (Porto); Associação Cultural Moinho da Juventude (Lisboa); ADAV - Associação de Defesa e Apoio da Vida (Coimbra); Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe (Porto); Associação Menos HUB (Porto); Associação Novo Futuro (Lisboa); Associação Santa Teresa

de Jesus Dignidade e Desenvolvimento (Lisboa); Associação Ser + Pessoa (Aveiro); Associação Tempos Brilhantes (Guarda); Associação Vida Norte (Porto); Centro Social Paroquial São Maximiliano Kolbe (Lisboa); Comunidade Vida e Paz (Lisboa); Cruz Vermelha Portuguesa - Centro Humanitário Tavira (Faro); Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Trofa (Porto); Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga (Braga); Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação Gondomar/Valongo (Porto); Fundação Benjamim Dias Costa (Aveiro); Fundação Dona Laura dos Santos (Guarda); JRS PORTUGAL (Lisboa); MOVE - Associação de Microcrédito e Empreendedorismo (Açores - São Miguel); Sapana (Lisboa); TESE - Associação para o Desenvolvimento (Porto).

ESPAÇO T, PORTO

Mercado de Vilar está de volta

O Espaço t volta a abrir as portas da sua sede, dia 10 de outubro, com novos produtos e parceiros, em mais uma edição do «Mercado do Vilar: Oportunidades de Sonhar», transformando-a, assim, num verdadeiro mercado de produtos de excelência.

Este Mercado que conta já, com um público habitual, volta a disponibilizar para venda

um conjunto muito variado de produtos que algumas das mais relevantes empresas portuguesas oferecem ao Espaço t.

O Mercado de Vilar, iniciado em 2014, procura oferecer oportunidades de compra únicas, garantindo ainda ótimos preços e a possibilidade de poder contribuir para o reequilíbrio financeiro desta instituição

que acredita na felicidade de todos/as sem exceção!

O Mercado decorrerá entre as 10h00 e as 20h00, a lotação é limitada e é obrigatório o uso de máscara.

O Espaço t assegura que todas as medidas de segurança e higiene para a realização do Mercado são cumpridas.

CONFORTO E SEGURANÇA NA SUA INSTITUIÇÃO



COVID
Z E R O

Conte com o apoio das soluções COVID ZERO nesta fase de incerteza.

Garanta a segurança dos seus utentes e colaboradores e proporcione um ambiente limpo, seguro e confortável.

TRIVALOR
Servimos bem-estar.

Rua da Garagem, Nº 10
2790-078 Carnaxide
(+351) 210 420 005
E-mail: covid.zero@trivalor.pt



CONTACTOS

covidzero.trivalor.pt



**Avaliações de
risco e formação**



**Saúde e
segurança**



**Despistes
COVID-19**



**Limpeza e
desinfecção**



**Gestão
documental**



**Segurança
eletrónica**



**Equipamentos de
proteção individual
e coletiva**



Entre outros

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

Rendimento dos filhos até terceiro escalão de IRS deixa de contar no cálculo do CSI dos pais

Os rendimentos dos filhos até ao terceiro escalão de IRS deixam de ter impacto no direito ao Complemento Solidário para Idosos (CSI) dos pais, de acordo com uma alteração ao regime aprovada em Conselho de Ministros.

De acordo com a informação disponível no comunicado final do Conselho de Ministros, o Governo aprovou o decreto-lei que altera o regime relativo ao CSI, definindo que deixa de ser tido em conta para a atribuição desta prestação social o rendimento dos filhos até ao terceiro escalão de IRS.

Para ter acesso ao CSI, o idoso tinha de fazer avaliação de recurso, para a qual contava não só seus rendimentos, como também os rendimentos anuais da pessoa com que está casado ou vive em união de facto há mais de dois anos, e os dos filhos, mesmo que não vivam com ele.

No caso dos filhos, o que a lei definia até agora era que se os rendimentos ultrapassassem

o terceiro escalão, o idoso perdia o direito ao CSI.

Se os rendimentos estivessem no primeiro escalão, estes não contavam para os recursos do idoso, ou seja, a componente de solidariedade é nula, tal como está explicado no guia disponível no site do Instituto da Segurança Social.

Por outro lado, se os rendimentos dos filhos estiverem no segundo escalão, eles acrescentam aos recursos do idoso 5% do valor de referência do CSI, sendo que em 2019 o valor estava em 262,93 euros para idosos isolados e 230,07 euros para idosos não isolados.

Já no caso de os filhos estarem no terceiro escalão de rendimentos, a lei definia que estes contavam como 10% do valor de referência do CSI, ou seja, 525,86 euros para idosos isolados e 460,13 euros para idosos não isolados.

Com a alteração aprovada, é alargado até ao terceiro escalão de rendimentos a

eliminação do impacto dos rendimentos dos filhos.



SOFTWARE IPSS ECONOMIA SOCIAL

- | | |
|---|---|
| CNT CONTABILIDADE ESNL | UTC UTENTES CT (CERTIFICADOS AT) |
| IMO IMOBILIZADO ESNL | PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC |
| ORC MÓDULO ORÇAMENTOS | PCM PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL |
| LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE | CP CONTROLO DE PRESENÇAS |
| US UNIDADES DE SAÚDE | ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS |
| GI GESTÃO DE IMÓVEIS | ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO |
| ORD ORDENADOS | |

entre outras

- + de 40 Aplicações
- 100% de Satisfação
- + de 900 Clientes
- GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso
- Assistência Remota
- Formação Presencial

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt



PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

APAV propõe criação de comissões de proteção

A APAV propõe a criação de Comissões para Pessoas Adultas em Situação de Vulnerabilidade, a funcionar num modelo semelhante ao das comissões de proteção de crianças e jovens, de “intervenção mínima”, mas de defesa efetiva dos seus direitos.

A proposta é uma das 30 recomendações que resultam do relatório “Portugal Mais Velho”, da autoria da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian, que procura identificar “lacunas das políticas públicas e da legislação em relação ao envelhecimento da população e à violência contra pessoas idosas, apresentar boas práticas e ainda listar recomendações para melhorar esta situação”.

“A estrutura cuja criação defendemos deveria operar em dois planos: no plano local, existindo células espalhadas pelo país que lidam com os casos concretos das pessoas adultas em situação de vulnerabilidade, e no plano nacional, criando-se uma entidade que tem por missão supervisionar e orientar as células locais”, lê-se no relatório.

Os visados na proteção destas novas comissões são os maiores acompanhados, pessoas que possam vir a ter medidas de acompanhamento e pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo que entre estas últimas cabem pessoas com doença mental ou deficiência, em situação de isolamento, de carência económica ou vítimas de crime.

A proposta replica a das comissões de proteção de crianças e jovens e da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, que monitoriza as comissões locais e propõe um modelo de atuação



de “intervenção mínima”, no qual as comissões atuam “na estrita medida do necessário, não estando autorizadas a interferir na vida pessoal dos/as utentes para além da vulnerabilidade que justifica a intervenção em primeiro lugar”, ressaltando-se ainda que a atuação da comissão fica sempre dependente da autorização do visado.

As comissões devem ser compostas por representantes do Ministério Público, Saúde, autarquia local, Segurança Social, forças de segurança, e também sociedade civil, instituições ou comunidade, sendo que a participação destas estruturas comunitárias ficam excluída de um assento permanente no órgão, por questões de proteção de intimidade e privacidade, cujo risco de violação aumenta em meios pequenos, em que todas as pessoas se conhecem.

Deve ainda ser adotado um código de conduta a seguir pelos membros das comissões, com o objetivo de proteger a privacidade dos adultos em situação de vulnerabilidade e também de assegurar o dever de sigilo.

Entre as 30 recomendações encontram-se várias que manifestam preocupação com a necessidade de aumentar a proteção das pessoas idosas a situações de violência e discriminação, pedindo-se que se atualize de forma contínua os dados sobre os diferentes tipos de violência contra idosos em Portugal, principalmente sobre violência sexual ou exercida por cuidadores profissionais, realidades menos conhecidas em Portugal.

A APAV propõe ainda “melhorar os procedimentos de fiscalização das instituições que acolhem ou prestam apoio a pessoas idosas”.

BRIGADAS DE INTERVENÇÃO RÁPIDA

Instituto de Segurança Social garante que as equipas já estão todas operacionais

As brigadas distritais de intervenção rápida de apoio a lares com surtos de covid-19 ficaram operacionais este mês de Outubro, garantiu o Instituto da Segurança Social, segundo o qual o apoio médico e de psicólogos faz-se consoante as necessidades.

De acordo com o Instituto de Segurança Social (ISS), as brigadas estão “constituídas em todos os distritos e começaram já o seu trabalho a 01 de outubro”, tal como anunciado.

“Encontram-se nesta data integrados 216 ajudantes de ação direta, 27 auxiliares de serviços gerais, 56 enfermeiros, 20 médicos e 20 psicólogos”, adianta o ISS, o que totaliza 339 profissionais, apesar de a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, ter falado em cerca de

400 pessoas divididas pelas 18 brigadas (uma para cada distrito).

Nessa matéria, o ISS salienta que está ainda a ser feito o reforço das equipas de modo a “atingir o número de elementos previsto”, acrescentando que “o modelo adotado é o de prestação de apoio clínico disponibilizado por um parceiro de trabalho temporário”.

Especificamente em relação aos médicos e aos psicólogos, a intervenção será “on call”, ou seja, estão disponíveis não permanentemente, mas sempre que forem necessários.

O ISS explica também que estas brigadas são equipas multidisciplinares em que os recursos humanos serão “mobilizáveis em função das necessidades, pelo que a sua intervenção tem uma geometria variável, caso a caso”.

“Quando não há surtos, os recursos

humanos estarão tendencialmente alocados a estruturas que necessitam de acompanhamento, ou em equipamentos onde recebem formação. Estas estruturas são indicadas pelo Centros Distritais de Segurança Social”, explica ainda a Segurança Social.

Estas brigadas distritais foram anunciadas a 04 de setembro pela ministra Ana Mendes Godinho, por ocasião da assinatura de um protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa, onde a governante explicou que o objetivo seria garantir uma resposta “pronta a intervir” no caso de as instituições ficarem sem pessoal devido a surtos graves de covid-19.

A pandemia de covid-19 já provocou mais de um milhão de mortos no mundo desde dezembro do ano passado, incluindo mais de 2 mil em Portugal.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



As gigantes da tecnologia (2): Um mundo dividido em dois? Ou em três?

Parece claro que, aos poucos, o mundo se vai dividindo entre as esferas de influência chinesa e americana.

Dentro de poucos anos a China será a maior economia do mundo – já é a maior se medirmos a dimensão das economias segundo paridade de poder de compra – e a América pode ter entrado num processo de decadência irreversível.

Donald Trump não é só uma aberração pessoal e política – é também um sinal dos tempos, um sinal de um império que aborda, mesmo sem se dar conta, o limiar do seu apogeu e início da sua decadência.

A luta pela supremacia política a nível planetário não será um remake da guerra fria quando o mundo vivia num regime bipolar com duas superpotências – o mundo que aí vem será muito mais complexo que aquele que saiu da segunda guerra mundial.

Se a União Soviética foi vencida pela economia já não vai ser fácil vergar a China por esse lado. Aos poucos a sociedade chinesa está a fazer o seu caminho de transformação de uma economia dependente das exportações e do investimento massivo numa economia de base de mercado interno e de consumo privado. É um processo que vai levar alguns anos, mas que já está em marcha.

A emergência económica da China fez-se no quadro de um processo que temos chamado de “globalização”, mas que eu prefiro chamar de “grande unificação”.

Esse período parece estar a chegar ao fim. A “grande unificação”, porventura, já não serve os interesses do capitalismo e, por outro lado, a China já não precisa dela. Por isso, terá o seu termo e conhecerá alguma reversão.

Aparentemente, os sinais mais visíveis do início da “grande separação” têm surgido no âmbito das indústrias das telecomunicações e dos serviços da internet.

Parece claro que a próxima geração das tecnologias de comunicação, o 5G, vai surgir com o mundo dividido em dois, de um lado os padrões ocidentais, do outro, os padrões chineses.

Os serviços de internet, provavelmente seguirão o mesmo caminho. A China já era, de certa maneira, um mundo aparte, em matéria de internet. A China é um estado totalitário que procura controlar tudo o que os cidadãos fazem ou leem. A China nunca poderia viver bem com um meio de comunicação como foi pensado pelos utópicos criadores da internet: livre, democrático, não hierárquico, ou seja, sem “dono”.

Por exemplo, grande parte dos serviços da Google na China estão bloqueados pelas barreiras impostas pelo estado chinês. Em Hong Kong, onde a situação era um pouco mais permissiva, o banimento da Google está agora ao nível do resto

do país. A Google, que chegou a ter uma quota de mercado de quase 40% na China, tem hoje menos de 2%.

Há pouco tempo a China apresentou uma proposta de revisão do modelo de internet.

A proposta da China era de uma nova estrutura em que a rede não pertence a indivíduos, pelo menos em teoria tratados como iguais, mas aos estados.

O modelo atual tem problemas sérios como temos visto com as infâmias das redes sociais, contudo, as soluções boas não passam por eliminar o carácter democrático e não hierárquico da rede e, felizmente, não vejo no ocidente grande vontade de mexer na estrutura atual da internet como também não vejo que a China encontre vantagens em deixar de seguir o seu caminho – acredito que a separação será inevitável.

O ouro do século XXI chama-se dados, nomeadamente dados pessoais. Se ao longo do século XX muito da geopolítica se fez pelo ouro da altura, o preto e malcheiroso petróleo, é sobre os dados e quem manda neles que vamos ver agora as linhas de fratura.

No fundo a questão é: de quem é o ouro e quem pode tirar partido dele?

Até agora tem sido faltar vilanagem – as gigantes tecnológicas têm utilizado a seu bel prazer os dados pessoais dos utilizadores fazendo lucros fabulosos e, pelo caminho, algumas malfeitorias manifestamente ilegais com foi o caso entre a Facebook e a Cambridge Analytics.

Creio que estamos todos de acordo que uma reforma é necessária, o estado atual das coisas não pode continuar. É nas soluções que vamos percorrer caminhos diferentes. Um estado liberal decente haverá de criar regras que permitam que cada cidadão controle os seus dados pessoais, um estado totalitário verá aqui um meio de controlar os cidadãos.

Em cima disto coloca-se um problema adicional. Os dados circulam hoje pelo mundo fora e circulam mais facilmente que as mercadorias e os capitais. As empresas que recolhem e guardam os dados são multinacionais e sujeitas a muitas jurisdições. Pode dar-se o caso de dados pessoais, que sendo corretamente protegidos na geografia onde são gerados, fiquem disponíveis em geografias onde essa proteção não existe e onde podem ser utilizados para os fins mais abjetos.

Acontece também que a situação é mais perigosa com os dados do que com as mercadorias. Por exemplo, na Europa só podem circular produtos que obedeçam a um conjunto de normas independentemente de onde venham. Claro que se se pode fazer batota com as normas. Contudo, uma vez detetado o esquema, os produtos podem ser destruídos e o dano, em princípio, cessa.

Com os dados não é assim - os dados são eternos.

É por isso que na crónica anterior eu dizia que o que chamo de “grande separação”, que o fim do sonho utópico da “grande unificação”, pode ser indispensável para proteger as sociedades democráticas e para sua sobrevivência. Para termos a certeza que a privacidade dos cidadãos está minimamente garantida e que os dados não terão um uso abusivo é necessário impor limites à sua circulação.

E por aqui não vai passar apenas a linha de fratura entre a totalitária China e o liberal ocidente, também o ocidente se vai dividir.

Neste particular, a América (e eventualmente o mundo de influência anglo-saxónica) e a Europa estão a percorrer caminhos divergentes.

Na Europa existe uma grande preocupação com a segurança dos dados pessoais estando em vigor legislação apertada na matéria (GDPR). Nos Estados Unidos a preocupação com a privacidade e segurança dos dados é muito menor. Por exemplo, é muito mais fácil para uma empresa de comunicações nos Estados Unidos conhecer e utilizar informação sobre a localização dos utilizadores de dispositivos eletrónicos do que na Europa.

Ainda há pouco tempo o Tribunal Europeu de Justiça reconheceu que o “escudo de privacidade” que impede a transferência de dados europeus para outras jurisdições pode não ser totalmente seguro.

Em parte, será, porventura, o reflexo de um tema cultural – os europeus serão mais ciosos da sua privacidade, mas é também um tema político - os atuais dirigentes americanos têm enorme dificuldade em reconhecer que os mercados deixados entregues a si mesmos criam muitas ineficiências e que, por isso, regulação é necessária.

Há também a maldita economia. A verdade é que as empresas que hoje dominam os serviços da internet e que fazem com isso lucros fabulosos são ou americanas ou chinesas – a Europa não tem um único gigante nesta área.

A União Europeia está a produzir a legislação mais avançada do mundo nesta matéria que vai fazer a vida das gigantes tecnológicas muito mais difícil.

O tolo do Trump brada que é protecionismo e ameaça com sanções comerciais. Mas Trump passará, contudo, mesmo uma nova administração americana mais lavada de ideias e pessoas, não deixará de proteger as empresas americanas.

Também por aqui passará uma linha de fratura, mas, ainda que para desgosto dos atlantistas mais convictos, talvez seja indispensável para que continuemos a viver como seres livres.



Sogenave, Juntos na Resposta Social

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de um vasto cabaz alimentar e não alimentar em todo o território nacional, e **há mais de 45 anos que servimos instituições de solidariedade social.**

Esta experiência permite-nos **ter a solução perfeita para as vossas necessidades específicas**, o que nos torna o vosso **parceiro ideal**, ajudando-vos a prestar um serviço cada vez melhor e mais humano a quem mais necessita.

Como podemos ajudar?

- **Abastecimento de Cabaz Alimentar e Não Alimentar**
 - Alimentar: Mercearia, bebidas, lacticínios, frutas, legumes, carne e peixe
 - Não Alimentar: Descartáveis, papéis, palamenta, fardamento
- **Elaboração de Cabazes e Kits**
 - Cabazes, lunch boxes, cestas básicas para famílias
- **MENU DESIGN - Propostas e Gestão de Ementas**
 - Elaboração de ementas validadas por nutricionistas e com capitações adequadas
 - Sugestão de encomenda com base na ementa que permite melhor controlo de custos
- **Produtos de Higienização e Desinfecção**
 - Gama completa de produtos de higienização, lavagem de têxteis
- **Equipamentos de protecção para COVID-19**
 - Equipamentos de Protecção Individual, equipamentos, kits individuais/visitante
- **Equipamentos e Projetos para Cozinha Profissionais**
 - Soluções pensadas de raiz, desde o planeamento do espaço à escolha e instalação de equipamento
 - Venda isolada de equipamento de cozinha



Contacte-nos agora e descubra como o podemos ajudar!

marketing@sogenave.pt
www.sogenave.pt



SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos
à Navegação e Indústria Hoteleira, S. A.





Senhor da Pedra na praia de Miramar

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

OPERAÇÃO “SOLIDARIEDADE NÃO TEM IDADE/2020”

PSP sinaliza mais de seis mil idosos em situação de risco



A Polícia de Segurança Pública (PSP) contactou entre 18 de maio e 25 de setembro 6.286 idosos, tendo sinalizado 991 às entidades sociais locais no âmbito da 9.ª edição da Operação “Solidariedade Não tem idade/2020”.

Em comunicado, a propósito do Dia Internacional da Pessoa Idosa, a PSP adianta que dos 6.286 idosos contactados, 991 foram sinalizados às entidades parceiras nas redes sociais locais, 891 foram considerados em contexto de risco e, destes, 508 foram de imediato encaminhados para as instituições de apoio.

De acordo com a PSP, encontravam-se nestas situações pessoas em situação de total isolamento e/ou vitimização, suscetíveis de perigo para a sua integridade física, mental ou psicológica.

Na 9.ª edição da Operação “Solidariedade Não tem idade/2020”, que decorreu em todo o país, estiveram empenhados 2.150 polícias.

A PSP adianta que a operação, especialmente direcionada para os cidadãos seniores (maiores de 65 anos), teve por objetivo detetar e sinalizar casos de fragilidade social, vulnerabilidade física e psíquica comprometedora da segurança e suspeita de vitimização em contexto de violência doméstica ou outros contra a vida ou integridade física.

Visou também promover o encaminhamento de situações de risco e disponibilização do apoio necessário para cada caso concreto, em articulação com outras entidades.

A operação teve também por objetivo reforçar os laços e a empatia entre os idosos e a polícia.

A PSP adianta ainda que, complementarmente e dada a situação epidemiológica da covid-19, reforçou a sua articulação e coordenação com as delegações da Segurança Social, promovendo, em ações autónomas ou conjuntas, a fiscalização de 882 lares de idosos e centros de dia.

No contexto desta operação, a PSP promoveu a divulgação do programa “Estou Aqui Adultos”, desenvolvido desde 2015 em parceria com a fundação Altice.

Este programa, encontra-se disponível durante todo o ano em <http://estouaquiadultos.mai.local/Pages/Home.htm> funcionando como um meio de rápida sinalização de pessoas desaparecidas.

Segundo dados da PSP, já foram distribuídas 6.547 pulseiras, tendo as mesmas sido ativadas em 12 situações distintas (situações em que a PSP foi contactada por o portador se encontrar desorientado e desacompanhado).

“Nestas situações, a pessoa portadora da pulseira é acompanhada pela PSP até à sua família, tendo sido registadas situações em que a PSP promoveu este reencontro até antes de a sua ausência ter sido comunicada pela família a qualquer autoridade”, explica a PSP.

Por fim, a PSP deixa um apelo à sociedade para que apoie ativa e diariamente os cidadãos seniores, nomeadamente sinalizando situações de risco e debilidade também por intermédio do canal proximidade@psp.pt.

CENSOS SÉNIOR DA GNR

A GNR realiza este mês mais uma edição do “Censos Sénior”, uma iniciativa que visa identificar a população idosa que vive sozinha e/ou isolada e que no ano

passado sinalizou mais de 41.000 idosos nesta situação.

Durante este mês, os militares da GNR vão realizar um conjunto de ações de sensibilização junto das pessoas idosas em situação vulnerável, privilegiando também os contactos com os que vivem sozinhos e/ou isolados para que adotem comportamentos de segurança que permitam reduzir o risco de se tornarem vítimas de crimes, nomeadamente em situações de violência.

A operação pretende igualmente prevenir comportamentos de risco associados ao consumo de álcool e informar sobre a adoção de medidas preventivas relativamente à covid-19.

No decorrer da operação, os militares farão ainda a divulgação dos programas “Apoio 65 -- Idosos em Segurança” e “Residência Segura”, que permitem recolher os elementos necessários para a elaboração de um mapa, com a localização georreferenciada de todas as residências que aderem ao projeto.

“Esta identificação geográfica torna assim mais eficaz as ações de patrulhamento e a vigilância dos militares da GNR, traduzindo-se numa resposta policial mais célere”, refere a Guarda Nacional Republicana em comunicado.

Na edição de 2019 da operação “Censos Sénior”, a GNR sinalizou 41.868 idosos que vivem sozinhos e/ou isolados, ou em situação de vulnerabilidade, em razão da sua condição física, psicológica, ou outra que possa colocar a sua segurança em causa.

As situações de maior vulnerabilidade foram reportadas às entidades competentes, sobretudo de apoio social.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL